



29 DE SETEMBRO DE 2016

Quinta-feira

- CADERNO SITUAÇÃO DA ECONOMIA E PERSPECTIVAS SETEMBRO/2016
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL ALTERA A LISTA DE PAÍSES OU DEPENDÊNCIAS COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA E REGIMES FISCAIS PRIVILEGIADOS
- METALÚRGICOS DE CURITIBA FAZEM PROTESTO NESTA QUINTA-FEIRA
- METALÚRGICOS PROTESTAM NO PR CONTRA CORTES DE DIREITOS DOS TRABALHADORES
- À TARDE MANIFESTAÇÃO SERÁ NA TROCA DE TURNO DA RENAULT NISSAN, VOLKS AUDI E BOSCH
- BANCÁRIOS REJEITAM PROPOSTA SALARIAL E SEGUEM EM GREVE NESTA QUINTA
- DEMITIDOS DA FAMEO NÃO RECEBEM VERBAS RESCISÓRIAS
- OPERÁRIOS DA FORD ENTRAM EM LICENÇA REMUNERADA
- TEMER JÁ COGITA NÃO PROPOR REFORMA TRABALHISTA
- DIÁLOGO E BOM SENSO NA TOMADA DE DECISÕES
- SETOR DE EMPREGO FORMAL ENCOLHE E VAGA SEM CARTEIRA VOLTA A CRESCER
- INDÚSTRIA PRESSIONA POR AUMENTO DE PROGRAMA QUE INCENTIVA EXPORTADORES
- MAIOR OTIMISMO FUTURO SUGERE ACELERAÇÃO DE INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA, DIZ FGV
- INDÚSTRIA DO PETRÓLEO PODE SER ALAVANCADORA PARA BRASIL SAIR DA CRISE, DIZ IBP
- DIRETORA DO FMI DIZ QUE BRASIL JÁ MOSTRA 'ALGUNS SINAIS DE MELHORIA'
- NOSSAS MEDIDAS ESTÃO FUNCIONANDO, CRIANDO EMPREGOS, DIZ PRESIDENTE DO BCE
- PEQUENOS NEGÓCIOS VOLTAM A GERAR EMPREGOS EM AGOSTO DEPOIS DE 6 MESES, DIZ SEBRAE
- APENAS 34% DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS SE VEEM EM SITUAÇÃO POSITIVA

- JURO DO CHEQUE ESPECIAL EM AGOSTO SEGUE COMO O MAIOR DA SÉRIE INICIADA EM 1994
- ENERGIA SOLAR TRAVA EM FALTA DE INCENTIVOS E ALTA CARGA TRIBUTÁRIA
- HYUNDAI ESTUDA AUMENTAR INVESTIMENTO NO BRASIL
- COMO A REVOLUÇÃO DOS CARROS ELÉTRICOS VAI AFETAR A SUA VIDA
- EDITORIAL: O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA É MUITO REAL
- PDG NEGA TER TOMADO DECISÃO DE PEDIR RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- TEMER DEFENDE QUE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA ACELEREM ACORDO COMERCIAL
- BARREIRAS DENTRO DO MERCOSUL TÊM QUE SER LEVANTADAS E ANALISADAS, DIZ SERRA
- OPEP FAZ ACORDO PARA CORTAR PRODUÇÃO; AÇÕES DA PETROBRAS SOBEM 5,56%
- AGÊNCIA DE RISCO REBAIXA MINERADORA SAMARCO PARA NÍVEL DE CALOTE
- FITCH DIZ QUE PERSPECTIVA PARA SETOR BANCÁRIO NO BRASIL É NEGATIVA
- BRASIL INICIARÁ PROCESSO NA OMC A RESPEITO DE SOBRETAXAS DOS EUA A SIDERÚRGICOS
- GOVERNO ESTÁ NA RETA FINAL QUE ANTECEDE A VOTAÇÃO DE PEC, DIZ MANSUETO
- GOVERNO ESTUDA DESVINCULAR BENEFÍCIOS DO SALÁRIO MÍNIMO, CONFIRMA PADILHA
- CONSUMIDOR AINDA ESTÁ CAUTELOSO PARA IR ÀS COMPRAS, DIZ ECONOMISTA DA CNC
- GOODYEAR RENOVA PARTE DE SUA GAMA DE PNEUS
- SALDO DAS CARTEIRAS DE VEÍCULOS TEM NOVA QUEDA
- PSA FOCA EM SERVIÇOS DE MOBILIDADE
- FOTON PRODUZ OS PRIMEIROS CAMINHÕES NO BRASIL
- TERMOMECANICA INVESTE PARA ENTRAR NO MERCADO DE ALUMÍNIO
- SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS TEM QUEDA DE 17,4% NO FATURAMENTO
- BRASIL VAI ACIONAR OMC PARA DERRUBAR BARREIRAS DOS EUA AO AÇO BRASILEIRO
- PRESIDENTE DA FIAT PEDE PACIÊNCIA COM BRASIL
- CSN PODE VENDER 25% DA CONGONHAS MINÉRIOS PARA CHINESES, DIZEM FONTES
- PARA EMPREENDEDORAS, FAZER O QUE GOSTA É PRINCIPAL RAZÃO PARA TER NEGÓCIO, INDICA PESQUISA

CÂMBIO EM 29/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,223	3,224
Euro	3,624	3,626

Fonte: BACEN

Caderno Situação da Economia e Perspectivas Setembro/2016

29/09/2016 – Fonte: CNI

A CNI publica o informe “Caderno Situação da Economia e Perspectivas Setembro/2016”.

O documento trata da situação da economia e do desafio, a longo prazo, pela busca do equilíbrio fiscal.

Receita Federal do Brasil Altera a Lista de Países ou Dependências com Tributação Favorecida e Regimes Fiscais Privilegiados

29/09/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

Foi publicada, no DOU de 14/09/2016, a Instrução Normativa RFB nº 1.658/2016, que altera a lista de países e dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados da Instrução Normativa nº 1.037/2010.

Com a referida alteração, foram incluídas no rol de países ou dependências com tributação favorecida as ilhas caribenhas de Curaçao e São Martinho, bem como a Irlanda. Por outro lado, foram excluídas de tal listagem as Antilhas Holandesas e as ilhas de St. Kitts e Nevis.

Além disso, foi incluído na listagem de regimes fiscais privilegiados o regime aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de holding company na Áustria.

Por fim, a Instrução Normativa RFB nº 1.658/2016 trouxe um conceito de holding company, aplicável às sociedades estabelecidas na Dinamarca e na Holanda, para fins de identificação dos regimes fiscais privilegiados.

Destacamos que essas alterações produzem efeitos a partir de 1º de outubro de 2016, conforme a retificação da Instrução Normativa RFB nº 1.658/2016 no DOU de 19/09/2016.

Metalúrgicos de Curitiba fazem protesto nesta quinta-feira

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



Ação integrada paralisação nacional que ocorre com a participação de dois milhões de metalúrgicos e que é organizada pelas Confederações, Federações e mais de 500 Sindicatos da categoria

Cerca de 25 mil metalúrgicos da Volvo, Volkswagen, Renault, CNH, Bosch, WHB, Brafer, Aker Solutions, Trox, Brose, Perkins, Trutzschler, Ibratec e de empresas do Parque Industrial de Curitiba (PIC da Audi) realizaram um protesto contra as ameaças de cortes nos direitos e para exigir do governo mais agilidade nas medidas de reaquecimento da economia.

As ações, que são lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, fazem parte da campanha nacional "Cortar Direitos Não Gera Emprego! Retomada da Economia Já!".

O "Dia de Unidade de Ação Metalúrgica em Defesa dos Direitos e da Aposentadoria", paralisação geral que reúne mais de 2 milhões de metalúrgicos e que ocorre hoje em todo o país, é organizado pelas Confederações, Federações e mais de 500 Sindicatos de metalúrgicos do Brasil, ligados à Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

"Com essas paralisações, os trabalhadores mostram seu descontentamento com as propostas do governo que cortam direitos trabalhistas e sociais com a desculpa de que essas medidas acabarão com a crise. Uma falácia das brabas. Retirar direitos não vai ter efeito nenhuma na economia. O que precisamos é de juros e impostos mais baixos e de medidas que fortaleçam a renda e o crédito para o trabalhador. Essas ações é que irão tirar o Brasil do buraco", diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka.

Campanha "Cortar Direitos Não Gera Emprego! Retomada da Economia Já!" toma o País.

Além da participação nos protestos e manifestações, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e a Força Sindical, também intensificam em todo o país, desde o dia 5 de setembro, a campanha "Cortar Direitos Não Gera Emprego! Retomada da Economia Já!", com o objetivo é fomentar uma intensa campanha de comunicação não somente nas fábricas, mas também junto à população em geral, para alertar sobre as propostas do governo e do Congresso que ameaçam direitos e para pressionar por medidas que acelerem a economia e a geração de emprego, sem atingir os direitos dos trabalhadores.

Dessa forma, uma série de outdoors, frontlights e busdoor forma instalados em nove grandes capitais do País e importantes centros urbanos, totalizando 16 cidades: Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Catalão, Anápolis, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Florianópolis e Brasília, Maringá, Londrina, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu.

Medidas defendidas pelos metalúrgicos para a retomada da economia

- 1) redução dos juros;
- 2) redução dos impostos para incentivar a atividade produtiva e o consumo;
- 3) ampliação do crédito;
- 4) programa de renovação da frota;
- 5) valorização do salário mínimo, das aposentadorias e da renda, visando aquecer o mercado interno;
- 6) auditoria cidadã da dívida pública brasileira;
- 7) correção da tabela do Imposto de Renda pela inflação.

Medidas defendidas pelos metalúrgicos para a Previdência Social

- 1) revisão ou fim das desonerações sobre a folha de pagamento das empresas;
- 2) revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
- 3) venda dos 3.485 imóveis em desuso da Previdência Social. A venda desses imóveis acarretaria uma arrecadação de R\$ 1,5 bilhão;
- 4) fim da aplicação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que arranca dinheiro da Seguridade Social para pagar juros ao sistema financeiro;
- 5) criação do Refis (Programa de Refinanciamento) para cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas com a Previdência;
- 6) melhoria da fiscalização da Previdência por meio do aumento do efetivo de fiscais em atividade ;
- 7) revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio, que hoje é isento;
- 8) destinar à Seguridade/Previdência as receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar.

Metalúrgicos protestam no PR contra cortes de direitos dos trabalhadores

29/09/2016 – Fonte: G1 PR

Funcionários protestam em Curitiba e região metropolitana, nesta quinta (29).

Eles também exigem a retomada da economia e do emprego no setor.



Metalúrgicos de Curitiba e São José dos Pinhais, na região metropolitana, protestam desde as 6h desta quinta-feira (29) contra os cortes de direitos dos trabalhadores. Eles também exigem que o governo adote medidas que acelerem a economia e retomem o emprego no setor.

Os funcionários são trabalhadores das principais montadoras com sede no estado como Renault, Volkswagen, Volvo, Audi, Bosch, entre outras. A expectativa é encerrar a mobilização, que também ocorre em outros estados brasileiros, por volta das 9 horas.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a categoria não concorda com itens da reforma da previdência e da reforma trabalhista. Cerca de 25 mil trabalhadores aderiram à manifestação, ainda de acordo com o sindicato.

Entre as medidas defendidas pela categoria para retomar a economia do país estão a redução de juros, ampliação do crédito, valorização do salário mínimo e redução dos impostos para incentivar a atividade produtiva e o consumo.

Reforma trabalhista

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que o governo do presidente Michel Temer, vai encaminhar ao Congresso, até o fim do ano, propostas para a reforma trabalhista e para regulamentar o processo de terceirização no país.

Ainda deve fazer parte do pacote um projeto para tornar permanente o Programa de Proteção ao Emprego, criado na gestão de Dilma Rousseff em caráter provisório.

Segundo o ministro, a reforma trabalhista deverá contemplar uma legislação "simplificada e clara", mas não permitirá o parcelamento das férias e do décimo terceiro salário. Ele disse que a reforma será feita sem retirar os "direitos básicos" dos trabalhadores. "O trabalhador não vai ter nenhum prejuízo com a atualização", declarou.

De acordo com Nogueira, porém, a reforma trabalhista prestigiará a negociação coletiva para tratar de temas como salário e tamanho da jornada dos trabalhadores - indicando que a CLT poderá ser flexibilizada nesse sentido.

À tarde manifestação será na troca de turno da Renault Nissan, Volks Audi e Bosch

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

A paralisação dos metalúrgicos da Grande Curitiba realizada nesta manhã de quinta-feira, 29, para protestar contra o corte de direitos e para exigir a retomada da economia, se repete, às 14 horas, nas entradas de turno dos trabalhadores do 2º turno na Bosch (Cidade Industrial de Curitiba) e Renault (São José dos Pinhais).

A mobilização faz parte da campanha nacional "Cortar Direitos Não Gera Emprego! Retomada da Economia Já!".

O "Dia de Unidade de Ação Metalúrgica em Defesa dos Direitos e da Aposentadoria", é organizado pelas Confederações, Federações e mais de 500 Sindicatos de metalúrgicos do Brasil, ligados à Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Em Curitiba, atos são liderados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba / Força Paraná.

Bancários rejeitam proposta salarial e seguem em greve nesta quinta

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Os bancários rejeitaram nova proposta salarial dos bancos e seguem em greve, que nesta quinta (29) entrará no seu 24º dia. A Fenaban (braço sindical da Febraban, que representa os bancos) manteve a proposta de reajuste de 7%, mas aumentou o abono para R\$ 3.500 ante os R\$ 3.300 oferecidos anteriormente.

A oferta era por acordo para 2016 e também para 2017. No ano que vem, bancários receberiam a inflação mais um aumento real de 0,5%, pela proposta dos bancos. Os bancários consideraram a proposta insuficiente.

Desde o começo da campanha salarial, pedem reajuste salarial de inflação (9,62%) mais aumento real de 5%. No ano passado, a greve durou 21 dias e garantiu aumento real de 0,11% aos bancários.

O QUE OS BANCÁRIOS PEDEM > reajuste - 5% mais a inflação de 9,62% > benefícios - R\$ 880 em vales-alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche > piso - R\$ 3.940,24 (equivalente ao salário mínimo do Dieese)

O QUE OS BANCOS OFERECEM > reajuste - 7% sobre salário e benefícios > abono - R\$ 3.500 > piso - R\$ 2.856,31

BANCOS DURANTE A GREVE

1 - Pagar contas O cliente do banco pode utilizar internet banking e aplicativos para celular do banco para efetuar o pagamento. Para isso, confira se as senhas os aplicativos estão funcionando e vá a agências ainda não paralisadas para atualizá-las.

Os caixas eletrônicos e correspondentes bancários, como agências lotéricas, Correios e até alguns supermercados também recebem pagamentos de contas. Em caso de dificuldade, o cliente pode entrar em contato com a empresa e pedir alternativas para realizar o pagamento.

É importante registrar o pedido, enviando por e-mail ou anotando o número de protocolo de atendimento. Caso o fornecedor não dê opções para pagar a conta, o consumidor deve usar esses documentos para reclamar junto a um órgão de defesa do consumidor.

2 - Transferências de dinheiro. É possível fazer por internet banking, celular, caixa eletrônico e atendimento por telefone. Atenção: os valores das transferências podem ser limitados por esses canais, dependendo do seu perfil de renda e padrão de gastos. Se existe a previsão de uma transferência nos próximos dias, procure uma agência que ainda esteja funcionando

3 - Investimentos e resgates Também podem ser feitos por internet, aplicativo, caixa eletrônico e central de atendimento por telefone. Seja qual for o canal de atendimento, lembre-se de pesquisar o rendimento oferecido e as taxas cobradas para aplicar ou resgatar o dinheiro aplicado

4 - Empréstimos e financiamentos. Os bancos também oferecem crédito pessoal em condições pré-aprovadas nas plataformas de atendimento eletrônico. Lembre-se, no entanto, que as taxas nessas modalidades costumam ser altas e devem ser usadas apenas em emergências.

Para quem precisa renegociar dívidas, os grandes bancos oferecem plataformas de renegociação sem atendimento ou então permitem o envio de propostas pela internet. A documentação para financiamento imobiliário é entregue na agência. Esse tipo de crédito tende a ficar suspenso durante a greve.

Demitidos da Fameq não recebem verbas rescisórias

29/09/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC

Ontem foi montado novo acampamento de trabalhadores em frente à Keiper Metalls do Brasil, em Mauá. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, cerca de 140 funcionários da Fameq – que fabricava componentes dos bancos em São Paulo e integrava a Keiper – se mobilizam pelo fato de não terem recebido as verbas rescisórias.

“Parece que houve alguns desacertos durante o processo, estamos vendo o que houve, já que os 300 demitidos da Keiper receberam seus direitos há uma semana”, explica o diretor da entidade, Adilson Torres, o Sapão.

O acordo entre as empresas foi de que a Volkswagen pagaria valor suficiente direcionado para a rescisão dos profissionais, estimado entre R\$ 12 milhões e R\$ 17 milhões. "Extraoficialmente sabemos que o valor da primeira parcela do que a Volks devia foi pago, mas as outras ainda não", diz Sapão.

Segundo a Keiper, os advogados da empresa ficaram envolvidos ontem em negociação para contornar pontos com interpretações divergentes e retomar o acordo para efetuar o pagamento devido.

Operários da Ford entram em licença remunerada

29/09/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC

Os cerca de 4.000 trabalhadores da Ford na planta de São Bernardo estão em licença remunerada desde ontem. Eles retornam ao trabalho na segunda-feira, quando grupo de 350 profissionais será afastado por lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) durante cinco meses.

As informações foram passadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A fábrica ficará parada para que sejam implementados os últimos ajustes do novo modelo de produção, que busca otimizar a atividade fabril. Todos os operários vêm sendo capacitados, desde junho, para atuar tanto na linha de montagem de caminhões quanto na de veículos de passeio.

A modificação permitirá que a companhia trabalhe alternadamente, por exemplo: dois dias da semana dedicados exclusivamente para a fabricação de caminhões e outros três para os automóveis.

A adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego) na Ford, que foi renovada por três meses adicionais, termina amanhã. Portanto, na segunda, os empregados já retomarão jornada de trabalho – até então reduzida em 20% – e salários – diminuídos em 10%.

Temer já cogita não propor reforma trabalhista

29/09/2016 – Fonte: UOL Economia



O plano do governo de formular uma proposta de reforma da legislação trabalhista subiu no telhado. Em privado, Michel Temer já ensaia um discurso sobre a inconveniência política de abrir uma terceira frente de desgaste, além das duas trincheiras legislativas em que sua administração já está metida: a emenda constitucional que congela os gastos federais por 20 anos, em tramitação na Câmara, e a reforma das aposentadorias, a ser enviada para o Congresso depois das eleições municipais.

Na semana passada, o ministro Ronaldo Nogueira (Trabalho) afirmara que a reforma trabalhista seria remetida ao Congresso apenas no segundo semestre de 2017.

Atribuiu o adiamento à necessidade do governo de desatar primeiro os seus nós fiscais.

"De que adianta a modernização da legislação se a economia não voltar aos eixos? É uma questão lógica: primeiro as primeiras coisas", disse ele.

O novo discurso que o Planalto começa a esboçar não renega a necessidade de modernizar as relações entre patrões e empregados.

Mas sustenta que o governo talvez não precise colocar suas digitais numa proposta. Alega-se que já tramitam no Congresso projetos que tratam dessa matéria.

Ouvido pelo **blog** na noite passada, um auxiliar do presidente declarou que o martelo não está batido. Mas sinalizou o que está por vir:

"A gente vai tem que fazer escolhas. Não dá para encaminhar quinhentas propostas para o Congresso."

O Planalto se equipa para aprovar a emenda do teto dos gastos até dezembro. E a mexida na Previdência em 2017.

Diálogo e bom senso na tomada de decisões

29/09/2016 – Fonte: FIEP

A Fiep e o setor produtivo estarão sempre dispostos a contribuir na implantação de políticas que permitam o desenvolvimento do Paraná



O Paraná teve uma demonstração clara, nas últimas semanas, de que o diálogo e a busca por soluções conjuntas podem levar a um modelo de tomada de decisões positivo para a sociedade.

Durante a tramitação do pacote fiscal do governo estadual, Executivo, Legislativo e entidades representativas chegaram a um consenso que atende às necessidades da gestão pública, com o compromisso de que empresas e população não serão oneradas.

A princípio, o setor produtivo vislumbrou no Projeto de Lei 419/2016 algumas ameaças que poderiam causar aumento de custos para empresas e consumidores. Com o projeto já em tramitação, entidades representativas se uniram e procuraram sensibilizar governo e parlamentares sobre os riscos que as medidas traziam à economia do Paraná.

Percebendo a importância de uma discussão mais aprofundada, os deputados acertadamente desmembraram o projeto original em seis novas proposições.

Em seguida, o governo abriu diálogo com as entidades para explicar quais eram os objetivos do projeto, garantindo que não haveria aumento de custos. Após a análise de sugestões propostas pelo setor produtivo, os deputados discutiram e apresentaram emendas para alterar os projetos.

Com a aprovação de várias dessas emendas e com as regulamentações que ainda serão feitas via decreto pelo Executivo, a expectativa é que sejam honrados os compromissos assumidos com a sociedade.

Espera-se que, daqui em diante, o diálogo e o bom senso que pautaram as discussões desse pacote sirvam de base para a adoção de qualquer medida que possa vir a afetar a vida dos paranaenses. A Fiep e o setor produtivo estarão sempre dispostos a contribuir na implantação de políticas que permitam o desenvolvimento do Paraná.

Conheça algumas das principais alterações feitas no projeto

- **Venda de ações de empresas estatais:** O governo deve manter o controle das empresas, as ações excedentes só podem ser vendidas com preço maior do que seu valor patrimonial e os recursos arrecadados devem obrigatoriamente ser aplicados em troca de ativos.
- A Fiep e as entidades do setor produtivo sugerem que sejam utilizados em projetos de infraestruturas constantes no Plano Estadual de Logística em Transporte do Paraná (PELT), estudo elaborado com o acompanhamento de técnicos da Secretaria de Infraestrutura e Logística.
- **Taxas de uso de recursos hídricos e minerais:** A cobrança pelo uso da água para geração de energia não impactará consumidores paranaenses. Houve ainda ampliação do número de minerais que ficarão isentos da cobrança.
- Algumas entidades alertam para possíveis inconstitucionalidades na criação dessas taxas, assunto que deve ser analisado pela Procuradoria-Geral do Estado e instituições de classe ligadas ao Direito.
- **Conselho de Contribuintes:** Ficou estabelecido que os membros deste Conselho a serem indicados pela sociedade serão escolhidos pelos legítimos representantes dos maiores contribuintes paranaenses, que são as entidades ligadas aos principais setores econômicos do Estado (Fiep, Faep, Fecomercio, Fetranspar, Faciap e Ocepar).

Setor de emprego formal encolhe e vaga sem carteira volta a crescer

29/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A perda de empregos no mercado formal tem levado muitos trabalhadores a aceitar vagas sem carteira assinada neste ano, com salários mais baixos e sem garantias.

Produto da recessão em que o país mergulhou há dois anos, o fenômeno contribui para atrasar a retomada da economia. Os rendimentos do trabalho informal são, em média, 40% inferiores aos do setor formal, o que reduz o poder de compra das famílias, um dos principais motores da atividade econômica.

O aumento da informalidade também prejudica as receitas do governo, porque o desemprego e a migração dos trabalhadores para vagas sem carteira assinada reduz as contribuições à Previdência.

Levantamento feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra que, entre o primeiro e o segundo trimestres de 2016, foram cortadas 226 mil vagas com carteira assinada

e 259 mil pessoas deixaram de trabalhar por conta própria. Do lado informal, porém, houve uma expansão de 668 mil postos no período.

"As pessoas estavam se virando sozinhas, tentando formar seu próprio negócio. Mas neste ano o conta própria caiu. Ou seja, essa alternativa se esgotou", diz Fernando de Holanda Barbosa Filho, economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) no Rio.

Isso indica uma crise tão profunda que não houve demanda suficiente nem mesmo para sustentar o trabalho por conta própria, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Um dos setores com maior aumento de informalidade foi a construção civil. O número de postos de trabalho com carteira assinada caiu 4,16% do primeiro para o segundo trimestre, enquanto as vagas informais cresceram 10,7%.

A construção, setor em que a informalidade é historicamente elevada, passou por um processo de formalização nos últimos anos, puxado por obras públicas e pelo aquecimento do setor imobiliário.

Com a retração, esse movimento arrefeceu e o mercado informal, de pequenas obras e reformas, voltou a ganhar espaço, diz Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos sobre o setor na FGV do Rio.

Dinâmica semelhante foi observada entre os empregados domésticos, categoria em que o número de vagas formais caiu 5% e houve aumento de 4% dos sem carteira.

O nível de informalidade no mercado de trabalho brasileiro é historicamente alto, mas vinha caindo nos últimos anos. No fim de 2012, 53% dos trabalhadores tinham carteira assinada –pico da série estatística do IBGE, iniciada naquele ano. No segundo trimestre de 2016, os trabalhadores com carteira eram 49%.

Essa recaída, porém, deve ser revertida com a retomada do crescimento, afirma o economista Hélio Zylberstajn, da USP (Universidade de São Paulo). "Os fatores que contribuíram para a formalização da economia, como maior escolaridade, maior fiscalização e nota fiscal, continuam", diz Barbosa Filho, da FGV.

Para ele, a diferença é que atualmente, com o encolhimento do mercado formal, muitos trabalhadores acabam obrigados a optar por empregos de pior qualidade, sem a mesma proteção oferecida pelas vagas formais e com salários inferiores.

Indústria pressiona por aumento de programa que incentiva exportadores

29/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Apesar da dificuldade para implementar uma cultura de inovação, algumas empresas tentam integrar as pessoas no processo criação; a Natura (foto) tem a plataforma Natura Campus, onde lança desafios específicos sobre algo que precisa desenvolver e recebe propostas de como fazê-lo.

A indústria retomou a ofensiva para tentar convencer o Ministério da Fazenda a aumentar a alíquota do Reintegra, programa que dá incentivos fiscais aos exportadores.

Estudo encomendado por nove setores —entre eles os do aço, automotivo, de máquinas e de peças— sustenta que elevar o percentual do tributo que é devolvido a quem exporta aumentaria as vendas ao exterior de tal forma que o prejuízo para a arrecadação federal seria pequeno.

O documento, que foi apresentado pelo ministro Marcos Pereira (Indústria) a Henrique Meirelles (Fazenda) nesta quarta (28), sustenta que, ao elevar a alíquota do Reintegra para 5%, as exportações cresceriam 10%, criando ao menos 407 mil empregos.

O governo gastaria R\$ 4 bilhões com o programa, mas o impacto fiscal, de acordo com o estudo, seria de R\$ 400 milhões, já que a arrecadação subiria com a alta nas vendas. Os exportadores argumentam que o mercado externo é a forma mais rápida de retomar o crescimento.

Com a diminuição dos pedidos nos últimos anos, as fábricas estão com muita capacidade ociosa, mas o mercado interno ainda não dá sinais de que irá se recuperar no curto prazo.

Meirelles não disse, na reunião, se a Fazenda vê com bons olhos a medida. Ele afirmou que os técnicos da pasta irão analisar o estudo —sem dar prazo para uma resposta. Ele voltou a falar da necessidade de fazer o ajuste fiscal. O governo estima que o rombo nas contas chegue a R\$ 170 bilhões este ano e, em 2017, fique em R\$ 139 bilhões.

BRIGA ANTIGA

A ampliação do Reintegra é um pleito constante da indústria, que se diz em desvantagem no mercado internacional em relação aos rivais.

A alíquota do programa, que foi criado em 2011, já foi de 3% e hoje é praticamente simbólica, de apenas 0,1%. Há previsão de que ela chegue a 2% no ano que vem e a 3% em 2018. Segundo o chanceler José Serra, o tema foi abordado em reunião da Camex nesta quarta por sugestão de Marcos Pereira e o governo decidiu que seguirá a programação.

A indústria argumenta que aumentar para 2% não é suficiente. "Seguiremos com problemas e, possivelmente, sacrificando empregos", diz o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello.

Segundo ele, seria "autista" pedir um benefício em meio ao ajuste fiscal. Por isso, a indústria está levando uma proposta de solução.

"Estamos diante de um ovo de Colombo. Com o aumento, o efeito é imediato. O parque está pronto. Pode-se aumentar produção da noite para o dia sem pressionar a inflação e sem a necessidade de mais investimentos", diz.

Maior otimismo futuro sugere aceleração de investimentos na indústria, diz FGV

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O avanço no Índice de Expectativas (IE) do Índice de Confiança da Indústria (ICI), principalmente pelo indicador de negócios nos próximos seis meses, sugere uma aceleração dos investimentos do setor, segundo o superintendente de Estatísticas Públicas da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Junior.

"A evolução da situação dos negócios nos seis meses seguintes é a melhor notícia dessa pesquisa. Esse índice não vinha evoluindo tão favoravelmente e costuma ser um indicador de antecipação de tendência de investimentos, porque envolve uma

percepção melhor do empresário do ambiente de negócios e da lucratividade”, explicou o professor.

Mesmo com a redução pelo segundo mês consecutivo da demanda interna e com o enfraquecimento das vendas externas, o setor prevê um cenário melhor para o futuro, segundo Campelo. Esse cenário mais favorável, na visão de Campelo, está relacionado a uma expectativa com um início de afrouxamento da política monetária pelo Banco Central.

“Aparentemente, o setor industrial acredita que, com uma facilitação de crédito, vai haver um aumento do consumo, principalmente de duráveis. Ainda que o empresário erre projeções, ele toma decisões com base no cenário. A proporção dos otimistas está aumentando, então podem parar de demitir e investir”, afirmou, lembrando, contudo que os níveis de investimento estão muito baixos atualmente.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) avançou 2,1 pontos em setembro, para 88,2 pontos, após queda de 1,0 ponto em agosto. Desde março, o indicador acumula alta de 13,5 pontos. Campelo aponta que com a melhora do indicador no mês e do saldo positivo no trimestre, a trajetória da confiança continua ascendente, mas que não é forte ainda e precisa da confirmação de outros fatores para se firmar.

“Agora, além da diminuição do pessimismo, podemos dizer que estamos tendo também um sinalizador de otimismo, que fica mais claro no horizonte de seis meses.” Um fator para estar menos otimista com os índices de produção é o ajuste de estoques. Segundo Campelo, a indústria está terminando esse ajuste. “Ainda há estoque nos segmentos automobilístico e no de bens de capital, mas podemos dizer que o estoque já está em níveis normais em outros setores.”

Quanto às expectativas para a produção industrial no terceiro trimestre, Campelo disse que não é possível fazer previsões devido à volatilidade da confiança nos últimos meses e à expectativa da produção em agosto e setembro.

Ele afirmou, contudo, que a expectativa é que o cenário é menos positivo que no segundo semestre, quando a produção aumentou 0,6% em relação ao trimestre anterior. Pesam nesse semestre o enfraquecimento das vendas externas e a demora da retomada da demanda interna. “É difícil prever se o setor vai terminar o trimestre no positivo, no negativo ou se vai ficar estável, o que é bastante provável”, disse.

Indústria do petróleo pode ser alavancadora para Brasil sair da crise, diz IBP

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Camargo, acredita que a indústria de petróleo possui potencial para contribuir de maneira decisiva para que o Brasil saia de sua crise econômica, mas pondera que são necessárias mudanças regulatórias que atraiam investimentos para o setor.

“A indústria do petróleo não depende tanto da retomada econômica quanto, por exemplo, os setores de infraestrutura e imobiliário. Depende mais dos preços da commodity”, destacou Camargo, durante evento promovido pelo IBP em parceria com a Câmara de Comércio Noruega-Brasil.

Segundo o executivo, apesar da crença de que o preço do petróleo não deverá se recuperar no curto prazo, caso o governo tome as medidas adequadas para a restauração da confiança e para a facilitação dos investimentos, o setor pode reagir e puxar a economia nacional.

“Temos uma série de projetos represados, que não precisam de leilão, mas que não vão adiante enquanto o Repetro não é estendido, enquanto os riscos de multas por

conteúdo local não forem decididos”, disse Camargo. “Quanto mais rápido reformarmos o modelo regulatório e fizermos um modelo mais adequado, melhor será o resultado para todos.”

O executivo ainda destacou que o governo tem a percepção de que, atualmente, o Brasil é pouco competitivo em termos de atração de investimentos, possuindo um senso de urgência que não era verificado em governos anteriores.

“Os leilões do próximo ano serão fundamentais para mostrar que o Brasil fez a lição de casa”, destacou. “Só vamos poder saber o grau de atratividade e a participação dos investidores no próprio leilão. Mas, se não ocorrerem mudanças, vamos repetir o desastre da última rodada.”

Modelo de conteúdo local

Jorge Camargo afirmou que o País precisa de uma evolução no modelo de conteúdo local, de modo que essa regulação não se torne um obstáculo aos investimentos no setor.

“Precisamos de erros diferentes. O modelo de conteúdo local tem vícios e problemas sérios”, disse Camargo. “Precisamos focar a indústria brasileira nas áreas que ela pode ser competitiva.”

Segundo o executivo, o governo brasileiro precisa definir áreas que considera importantes para desenvolver a indústria de óleo e gás no Brasil e, a partir disso, incentivar os operadores a buscarem essas áreas. “Temos que simplificar. Há uma propensão a tornar tudo muito burocrático”.

Camargo ainda ressaltou, durante sua exposição, que o Brasil perdeu sua capacidade de competir por investimentos nos últimos anos. “Essa perda de competitividade é mais intensa nesse momento, em que a indústria está mais restritiva e seletiva em investimentos”.

Para o presidente do IBP, a indústria de óleo e gás brasileira possui capacidade de dobrar os investimentos caso as escolhas certas sejam feitas. Segundo o executivo, o Brasil captura menos de 4% dos investimentos globais de exploração, mas possui “ampla capacidade” de captar de 8% a 10% dos investimentos mundiais, em função do potencial exploratório do País. “O investimento é um driver para construir conteúdo local no Brasil”, disse.

Camargo disse acreditar que o Brasil precisa passar por uma evolução regulatória na área de óleo e gás, mas destacou que o atual governo e o anterior já deram sinais de que estão abertos para discussões. “Precisamos de um calendário de rodadas que seja mais regular, para que as companhias possam se programar”, comentou. “Mas estamos sentindo que o governo entende que é chegada a hora de fazer aperfeiçoamentos no modelo regulatório, de modo a torná-lo mais competitivo.”

Leilões

O presidente IBP avalia que a participação de empresas de menor porte em leilões e no mercado de óleo e gás como um todo tende a aumentar nos próximos anos, em função de alterações na dinâmica do mercado e do plano de desinvestimentos da Petrobras.

“O novo cenário da indústria de petróleo é de maior diversidade”, disse Camargo. “Além disso, o plano de negócios da Petrobras prevê desinvestimentos em campos maduros e campos em terra, áreas que fazem mais sentido para empresas menores do que para a Petrobras.”

Segundo Camargo, os R\$ 40 bilhões previstos pela estatal petroleira com os desinvestimentos virão dessas empresas de menor porte. “O novo ambiente brasileiro

que emerge da crise é um modelo mais diversificado, mais parecido com outros mercados globais”.

Questionado sobre o fim da obrigatoriedade da Petrobras no pré-sal, o presidente o IBP disse ter confiança de que, após as eleições, o tema será analisado no Congresso. “Estamos confiando que vai ser aprovado ainda nesse ano”, disse.

Repetro

Camargo afirmou que o governo sinalizou à entidade que o Repetro, regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens aplicável às empresas do setor de óleo e gás, será estendido, dependendo ainda de alinhamentos com a Receita Federal. “Há uma expectativa grande.

O ministro Fernando Coelho nos deu a tranquilidade de que o Repetro vai ser estendido”, disse. “Com o Repetro, o investimento acontece, mas sem ele, não.”

Quanto a eventuais mudanças no Repetro, Camargo afirmou que a prioridade é acertar a prorrogação nos moldes atuais, sem que se perca muito tempo em revisões e alterações. “Que ele seja estendido logo, a indústria aprendeu a trabalhar com o Repetro e ele funciona bem.”

Diretora do FMI diz que Brasil já mostra 'alguns sinais de melhoria'

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Ao fazer nesta quarta (28) uma análise da economia mundial, a diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde, citou o Brasil e a Rússia como países que estão “mostrando alguns sinais de melhoria após um período de severa contração”.

Ela disse que a economia mundial ainda apresenta uma série de fragilidades, mas acrescentou que as perspectivas das economias emergentes e em desenvolvimento “merecem um otimismo cauteloso”.

As informações são da Agência Brasil. Em palestra na escola Kellogg de Administração, na Universidade de Northwestern, nos Estados Unidos, ela disse que as economias emergentes, que lideram a recuperação mundial desde a crise financeira de 2008, vão continuar contribuindo com mais de três quartos do crescimento global este ano e também em 2017.

A diretora do FMI disse que a China, que é um dos sustentáculos desse crescimento das economias emergentes, vem trabalhando nos últimos anos para equilibrar a expansão de sua indústria como a área de serviços e tem reorientado o seu foco para o consumo interno. Isso, de acordo com Lagarde, vai permitir o desenvolvimento sustentável do país, mesmo com crescimento mais lento.

Lembrou que esse crescimento lento é ainda “robusto” porque significa uma expansão anual de 6% para o país.

ÍNDIA Christine Lagarde destacou, também, o exemplo da Índia, que “também está embarcando em reformas significativas” em sua economia, o que permite que o país cresça a uma taxa de 7% ao ano. Para a diretora do FMI, o lado ruim -para as economias em desenvolvimento- é que os países exportadores de commodities ainda estão sendo duramente atingidos pelos preços baixos, enquanto os países do Oriente Médio “continuam a sofrer com os conflitos e com o terrorismo”.

Segundo Lagarde, levando-se em conta os pontos positivos e negativos da economia mundial, os países ainda vão enfrentar durante muito tempo os problemas decorrentes

do baixo crescimento. Ela acrescentou que os pontos positivos hoje beneficiam "muito poucos".

Nossas medidas estão funcionando, criando empregos, diz presidente do BCE

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, defendeu hoje os estímulos monetários adotados no bloco, afirmando que eles ajudaram a evitar uma nova grande depressão na zona do euro.

Em sua primeira visita ao Parlamento da Alemanha em quatro anos, o dirigente reiterou que os alemães também se beneficiam das medidas do BCE através de crescimento e emprego mais altos.

"Quero mostrar que nossa política manteve a estabilidade dos preços e conteve a ameaça de uma nova Grande Depressão", afirmou. Rebatendo críticas locais sobre os juros baixos ou negativos da adotados, ele argumentou que as taxas refletem um crescimento econômico menor, não apenas as escolhas da autoridade monetária.

"Nossas medidas estão funcionando", disse. "Na Alemanha, as exportações se beneficiam da recuperação na região, enquanto o desemprego está no seu menor patamar desde a reunificação do país", disse.

Ele reiterou que as políticas econômicas dos países do bloco são essenciais para complementar a política monetária do BCE, e que é parte de sua tarefa agir quando a inflação está próxima de zero. "Estabilidade dos preços não significa inflação a 0%", disse.

Draghi defendeu ainda que é preciso dar tempo para que as medidas adotadas no primeiro trimestre possam mostrar todos seus efeitos.

Pequenos negócios voltam a gerar empregos em agosto depois de 6 meses, diz Sebrae

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os pequenos negócios voltaram a contratar mais do que demitir em agosto. Desde fevereiro deste ano, as micro e pequenas empresas não apresentavam número de contratações superior ao de demissões, mas no último mês o saldo ficou positivo em 623 vagas. No mesmo mês, as médias e grandes empresas fecharam 34 mil vagas.

O recorte dos dados foi feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No acumulado de 2016, porém, a geração de empregos desse segmento de empresas – que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano – continua negativa, em 51 mil postos fechados. As médias e grandes empresas, por sua vez, fecharam 620 mil vagas nos oito primeiros meses do ano.

Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, os pequenos negócios são os primeiros a dar respostas aos sinais positivos da economia. Ele acredita que, nos próximos meses, as micro e pequenas empresas vão continuar contratando mais do que demitindo, mas não será suficiente para zerar o estoque negativo de demissões no acumulado de 2016 até agosto.

"Enquanto as grandes empresas esperam sinalizações do governo na questão macroeconômica, como a PEC do Teto dos Gastos e a Reforma da Previdência, as micro e pequenas empresas avançam o sinal desde que haja crédito. O pequeno

empresário é movido pela necessidade de sobrevivência do próprio empreendimento”, afirmou.

O setor que mais contratou trabalhadores foi o de Serviços, que teve um incremento de 10,8 mil vagas, seguido pelo do Comércio, com 5,2 mil. “Aos poucos, está diminuindo a carga de notícias negativa na economia e voltando a confiança para consumir”, analisou.

Apenas 34% das pequenas e médias empresas se veem em situação positiva

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Cerca de um terço das pequenas e médias empresas no Brasil afirma que os negócios estão em situação positiva. A conclusão é de um estudo realizado pelo Facebook em parceria com o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado nesta quarta-feira, 28.

A pesquisa foi feita com base em mais de 60 milhões de páginas ativas de negócios desse porte na rede social em 22 países. No Brasil, o levantamento mostrou que 35% das empresas se veem em situação neutra e outros 31% se declaram em situação negativa. No entanto, 68% acreditam em uma melhora nos próximos seis meses e 34% das pequenas e médias empresas se veem em situação positiva.

Para os pequenos e médios empreendedores no País, os três maiores desafios são: encontrar novos clientes (79%), aumentar a renda (60%) e manter o lucro (55%).

A maioria das empresas consultadas (78%) emprega entre um e quatro funcionários.

Nesse contexto, não houve movimento quanto a contratações e demissões em 62% das participantes da pesquisa nos últimos seis meses até agosto. Houve, porém, corte de funcionários em 26% dessas empresas e apenas 12% contrataram no período.

Já a intenção de aumentar o número de empregados nos próximos seis meses foi vista entre 39% das empresas participantes, enquanto 55% disseram que não pretendem fazer alterações em seu quadro de funcionários.

Juro do cheque especial em agosto segue como o maior da série iniciada em 1994

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Enquanto o mercado financeiro aumenta a aposta de que a taxa básica da economia deve ser reduzida na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em outubro, bancos continuam a elevar juros cobrados dos clientes.

Quatro das linhas de crédito mais populares entre famílias e empresas e que envolvem o cheque especial e o cartão de crédito tiveram alta das taxas e atingiram em agosto o maior juro na série histórica do Banco Central.

Dados apresentados mais cedo pelo Banco Central mostram que duas das linhas mais populares entre os brasileiros bateram um novo recorde de juro alto no mês passado.

O juro médio cobrado no crédito rotativo do cartão subiu de 471,7% em julho para 475,2% em agosto – o maior patamar da série iniciada em março de 2011. Um ano atrás, o juro dessa linha de crédito estava, na média, em 403,5% ao ano.

Outro juro médio que bateu recorde é o cheque especial, cuja taxa subiu de 318,4% para 312,1% ao ano. Nesse caso, é o maior patamar da série iniciada em julho de 1994.

O mesmo fenômeno também é visto no crédito para as empresas. Pessoas jurídicas que tentam antecipar cheques pré-datados pagavam juro de 47,3% em julho e o custo passou para 47,6% em agosto – maior valor da série histórica.

Também cresceu o custo para o recebimento antecipado de recebíveis de cartão de crédito, cuja taxa aumentou de 45,1% para 45,8% ao ano – novamente, maior valor da série.

Energia solar trava em falta de incentivos e alta carga tributária

29/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A energia solar parecia pronta para decolar no Brasil com a instalação de grandes usinas geradoras, mas esse processo está mais complicado do que parecia. Além do câmbio – que se tornou um problema para as empresas que venderam energia nos leilões de reserva dos últimos dois anos – o setor se queixa da pesada carga tributária e da falta de incentivos do governo. Atualmente, também precisa lidar com a sobreoferta de energia no mercado, que pode retardar novos projetos.

Sem isenção do ICMS

Na linha dos incentivos tributários para o setor fotovoltaico, apenas seis estados em todo o país ainda não aderiram à isenção de ICMS sobre a mini ou microgeração de energia, a partir da energia solar fotovoltaica, resultado do convênio ICMS 16/2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz): Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Amazonas e Amapá. Segundo Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar, a falta de isenção é danosa porque compromete o desempenho da indústria local e dificulta o avanço de novos negócios, além da geração de empregos.

Líder absoluta de uma revolução que acontece nos telhados Brasil afora, a fonte solar fotovoltaica tem na geração distribuída um vetor importante de crescimento, mas depende dos leilões de energia do governo para ganhar escala – hoje a fonte responde por apenas 0,02% de participação na matriz.

O primeiro leilão para energia solar no país foi realizado pelo estado de Pernambuco em 2013. Na sequência, o governo federal realizou mais três leilões de energia de reserva que contemplaram energia solar, um em 2014 e dois em 2015, totalizando 2.847 MW contratados.

Dos 106 projetos negociados nesses leilões e com previsão de entrada em operação até 2019, apenas dois estão em construção, segundo dados de setembro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Localizados na Bahia, ambos são da italiana Enel Green Power e somam 172 MW.

A maioria dos demais parques solares está atrasada em relação ao cronograma inicial, sobretudo os contratados em 2014, que correm o risco de nem sair do papel. Esses empreendimentos, em especial, foram fortemente impactados pelo câmbio, explica Rodrigo Lopes Sauaia, presidente da Absolar.

“Quando o leilão foi realizado, o dólar estava na faixa de R\$ 2,50, mas depois ultrapassou os R\$ 4. Imagine essa variação para um empreendedor que é dependente de insumos importados”, diz.

Em um cenário de sobreoferta de energia no mercado, foi aberta a possibilidade de um distrato amigável, ou seja, cerca de 890 MW contratados na época deverão ficar pelo caminho.

Mas a sobra de energia também pode atrapalhar o desempenho do leilão de reserva com foco em solar e eólica previsto para dezembro deste ano - só de solar foram 419 projetos e 13.388 MW cadastrados.

“No curto prazo, a sobrecontratação de energia deve atrapalhar novos projetos fotovoltaicos, postergando novos leilões ou reduzindo bastante o volume de contratações. O próprio governo já tem sinalizado que há um excesso de energia de reserva”, afirma Marcelo Davanzo, diretor comercial e financeiro do Grupo Safira Energia.

Sobre o problema do câmbio, Sauaia garante que foi pontual. Já nos leilões de 2015, o governo reajustou o preço-teto a nova realidade econômica e cambial permitindo que os projetos contratados em 2015 fossem mais competitivos, segundo ele. De 2014 para 2015, o preço-teto dos leilões subiu 45%, de R\$ 262 para R\$ 381.

Otimismo

Para o setor, o ajuste de preço é um sinal claro aos investidores de que o novo governo tem uma postura favorável à energia solar. A expectativa é que isso se traduza em vontade política para fazer a fonte deslanchar no país.

Na prática, isso significa preços competitivos nos leilões para assegurar a demanda e ganhar escala; acesso ao crédito para empresas e pessoas físicas e, por fim, uma política industrial com incentivos fiscais e tributários – auxílio dado a outras fontes e setores. Sem sensibilidade a essas reivindicações, o desenvolvimento de uma indústria solar nacional dificilmente avançará, barateando a tecnologia, avalia Sauaia.

A próxima oportunidade que o governo terá de demonstrar que futuro projeta para essa fonte no país será no leilão de reserva previsto para dezembro – isso se demanda baixa, resultado da sobra de energia no mercado, não atrapalhar.

A expectativa é que o governo promova a contratação de 1 mil a 1,5 mil MW em projetos fotovoltaicos nos próximos anos para viabilizar a cadeia produtiva. “Não é exatamente o volume o ideal, mas é o possível”, diz Sauaia.

Solar avança com geração distribuída, mas não ganha escala

Quem olha de baixo não vê, mas as placas solares estão, aos poucos, tomando conta dos telhados no Brasil.

O número de conexões domésticas e comerciais saltou de quatro em 2012 para 4.955 em setembro deste ano, totalizando 36 MW em micro e minisistemas de geração de energia, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Apesar do crescimento exponencial, o volume total ainda é pequeno, muito aquém do potencial do país e insuficiente para proporcionar um ganho de escala ao setor fotovoltaico.

Segundo Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar, a geração distribuída é um vetor importante de expansão para a fonte solar. “Por volta de 60% de toda a capacidade instalada no mundo em energia solar [cerca de 225 GW] é proveniente de geração distribuída. É fundamental que o país preste atenção e desenvolva esse mercado”, afirma.




Até 2025, com o apoio do governo, o setor espera atingir 1,5 milhão de sistemas fotovoltaicos em telhados brasileiros, segundo ele.

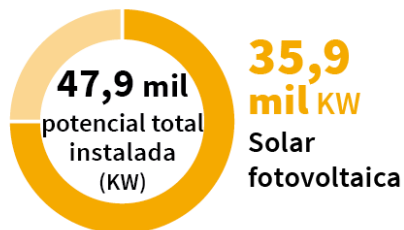
Pedras no caminho

Carga tributária, demanda fraca por energia e variação cambial atrapalham expansão do setor fotovoltaico no país.

Enquanto a fonte solar fotovoltaica ainda precisa decolar nos leilões de energia do governo....

Status

Projetos	106	
Em construção	6	
No papel	100	
Potência total	2.847,7 KW	



Hyundai estuda aumentar investimento no Brasil

29/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O presidente da Hyundai disse que estuda aumentar investimentos no Brasil e disse que a crise econômica brasileira é normal e vai passar. Após ser recebido pelo presidente Michel Temer na terça-feira (27), William Lee afirmou ter uma “parceria estratégica” com o Brasil. Mais cedo, Temer havia recebido também os chefes da montadora Fiat Chrysler e da petrolífera Royal Dutch Shell.

“Todos os países passam por uma dificuldade na economia. Essas subidas e descidas são normais”, disse Lee, que parabenizou Temer pela efetivação na Presidência e também pelo “sucesso” da Olimpíada do Rio.

A Hyundai tem uma fábrica em Piracicaba (SP) e nela produz somente um modelo de carro, o HB20. A empresa disse que investiu cerca de US\$ 130 milhões para um novo modelo, o Creta.

A empresa, que já anunciou investir US\$ 25 milhões em um centro de pesquisa na cidade paulista, estima que atualmente gere no Brasil por volta de 5 mil empregos diretos e 20 mil indiretos.

“Apesar de vendermos carros em dezenas de países, só temos fábricas em sete. E o Brasil é um deles. No Brasil, só a nossa fábrica trabalha 24 horas, em três turnos, sem demissões. Estamos há anos no Brasil e estudamos mais investimentos para o futuro”, declarou o presidente e CEO da montadora coreana.

Como a revolução dos carros elétricos vai afetar a sua vida

29/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Na primeira metade deste ano, as vendas mundiais de veículos elétricos foram de 285 mil unidades, alta de 57% na comparação com o mesmo período de 2015 – segundo pesquisa da Bloomberg New Energy Finance (BNEF).

A consolidação dos carros elétricos vem ocorrendo num ritmo maior do que se previa e deve revolucionar o setor de transportes, trazendo, como consequência, uma série de mudanças também em outras áreas.

E como não é possível prever o alcance e até quando durarão essas transformações, nenhum setor da economia global deverá ficar imune às consequências.

Confira, abaixo, oito mudanças que a consolidação dos veículos elétricos trará para o mundo:

1) Uma nova cadeia produtiva

O crescimento da indústria de veículos elétricos reduzirá o mercado para motores à combustão, gerando queda em toda a cadeia de suprimentos, incluindo fabricantes de marchas, montadores de sistemas de combustível, fornecedores de sistemas de exaustão e catalisação e toda uma indústria associada de suprimentos e componentes.

Por outro lado, os grandes fornecedores de baterias, como Tesla, Panasonic, LG Chem e Samsung, provavelmente, serão os grandes beneficiados, assim como as novas empresas provedoras de softwares, de sensores para rastreamento e cyberproteção, além daquelas que irão fornecer a tecnologia para a direção autônoma.

Isso aumentará a demanda por químicos de baterias – em particular o lítio – e outros metais de terras raras, necessários em muitos motores e outros componentes elétricos modernos, fazendo crescer, também, a indústria de químicos.

Por fim, a busca dos fabricantes por reduzir o peso dos carros elétricos, para contrabalançar o efeito inevitável da solidez das baterias, motivará um uso maior de resinas, materiais compostos e aerogéis.

2) Menos concessionárias e mecânicas

A menor necessidade de manutenção dos veículos elétricos, a possibilidade de ajustes remotos, o desenvolvimento de softwares de suporte ao motorista e a esperança de que a bateria principal do carro dure 110 mil quilômetros fará com que diminua o número de concessionárias, revendas e mecânicas nas próximas décadas.

Como consequência, haverá, também, a diminuição de empregos e funções ligadas a essas áreas. A expectativa é que passem a existir mais showrooms em localizações convenientes (como o centro das cidades e áreas de grande fluxo) e lojas de usados fora das cidades.

Outra função que deve diminuir em todo o mundo, ainda que veículos completamente autômatos pareçam muito distantes, é a dos motoristas.

3) Sistemas de eletricidade

Uma grande frota ativa de veículos elétricos implicará em um enorme potencial para a relação entre demanda e capacidade de resposta de energia. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os carros poderão ser carregados quando o preço da energia estiver baixo, eles poderão, também, descarregar a energia de volta à rede quando a geração de eletricidade estiver baixa – assumindo a função de armazenagem estacionária.

Pesquisas da Bloomberg sugerem que, até 2018, o custo da segunda vida dessas baterias – com desempenho reduzido em 30% – deve se aproximar dos US\$ 49 por kWh redirecionado, frente aos US\$ 300 por kWh das opções disponíveis atualmente.

As baterias darão, assim, um suporte adicional à economia, tanto por meio de veículos elétricos quanto de energias renováveis, acelerando a vantagem de ambos e criando novas oportunidades para quem oferece serviços auxiliares.

Existem, também, os mercados que não fazem parte da rede elétrica, onde uma melhora na tecnologia das baterias proporcionada pelos veículos elétricos poderia trazer grandes benefícios. Uma possibilidade é a substituição dos geradores a diesel, que seriam trocados por uma mini rede: opção mais limpa, silenciosa e de baixa manutenção.

4) O fim da era do petróleo

Uma rápida mudança para os veículos elétricos, na escala esperada pela BNEF, seria cruel para a demanda por gasolina.

A perspectiva de redução de consumo é de 13 milhões de barris de petróleo por dia, até 2040. As consequências seriam impactos no crescimento do PIB em mercados emergentes na compra de carros, melhorias na eficiência interna dos motores à combustão, mudanças nos modelos de transporte e penetração de gás natural comprimido, biocombustíveis e outros combustíveis alternativos.

Essa tecnologia alternativa limitará os preços do petróleo no longo prazo – que atualmente está em torno de US\$ 80 por barril. É provável, então, que a expressão “preços baixos por mais tempo” se torne “preços baixos para sempre”, dando muitos prejuízos para as companhias internacionais de petróleo e para os fornecedores de serviços no setor.

5) Infraestrutura de estradas e postos de carregamento

O aumento no número de veículos elétricos implicará na melhora da infraestrutura para carregamento (similar ao surgimento de empresas provedoras de internet nos primeiros anos da popularização da tecnologia).

E como grande quantidade de pontos de carregamento precisará ser construída – pois o dono irá esperar que seja possível carregar seu carro na rua, em casa, no trabalho, no centro comercial ou em grandes rodovias – a indústria de construção será uma das mais beneficiadas, assim como os fornecedores de equipamentos elétricos e de softwares associados.

Em um primeiro momento, porque haverá a instalação de pontos de carregamento e dos cabeamentos para residências, estacionamentos e grandes varejistas. E depois, porque as construções terão design adaptado, apresentando pontos de carregamento em garagens e residências.

6) Cidades e mobilidade urbana

A mudança para a eletrificação e digitalização do transporte não irá mudar a maneira como a invenção do carro moldou a cidade moderna. Porém, com a popularização dos automóveis elétricos, será visível a mudança física que acontecerá com a substituição dos parquímetros por pontos de carregamento.

Eles estarão presentes em vagas de estacionamento (públicas ou privadas), de supermercados e em centros comerciais, hotéis e restaurantes. Como a maior parte dos proprietários não será dona de garagens adaptadas, o varejo deve liderar o carregamento, percebendo que cargas gratuitas serão uma boa forma de assegurar clientes regulares.

Há, também, consequências menos esperadas, como a possibilidade de a digitalização dos serviços de ônibus reduzir a concentração de um pequeno número de rotas superlotadas. O que é certo, é que veículos autônomos devem possibilitar deslocamentos maiores, uma vez que os motoristas poderão usar seu tempo de modo mais produtivo.

7) Outros setores do transporte

A eletrificação do transporte não ficará restrita ao mercado de carros. Já existem, apenas na China, 200 milhões de bicicletas elétricas e seu uso está se espalhando pelo mundo todo.

Melhores baterias, motores e tecnologias de controle de energia irão desafiar o domínio de pequenos veículos movidos a combustíveis fósseis em cada setor: barcos a motor, cortadores de grama, veículos para neve, motocicletas, chegando até aos veículos pesados.

Vans de entrega serão um mercado inicial natural, pois circulam por distâncias relativamente pequenas e há uma vantagem comercial na eliminação de barulhos e poluição atmosférica. Balsas elétricas também estão começando a aparecer. A Tesla, a Mercedes e outras montadoras já estão trabalhando para produzir, também, caminhões elétricos para cargas pesadas.

8) Economia mundial

Se o estabelecimento dos carros elétricos trará mudanças em diversos setores, e na maneira com que interagem com o meio, é certo esperar transformações na economia global e, inclusive, nos ministérios da economia pelo mundo.

Nos países da Europa, o valor arrecadado com as taxas de petróleo e diesel chega a 7% das receitas governamentais. Se a demanda por esses combustíveis cair, baixando também a arrecadação dos governos, fica a dúvida de como essa perda será substituída.

Além disso, haverá redução na quantidade de trabalhadores envolvidos com manutenção, reparo e, eventualmente, direção. É preciso, então, que o debate sobre projetos de renda garantida cresça, uma vez que o setor de transporte comece a gerar milhões de desempregados pelo mundo, mesmo em um contexto de crescimento econômico.

Por fim, qualquer mudança significativa na direção das energias sustentáveis e tecnologias de transporte precisará da criação de novos investimentos de capital a longo prazo, gerando impactos macroeconômicos com relação à produtividade e às taxas de juros.

Editorial: O déficit da Previdência é muito real

29/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Os países nórdicos foram o exemplo mais bem acabado do Estado de Bem-Estar Social que, posteriormente, faliu pela incapacidade de os governos proverem proteção social irrestrita aos seus cidadãos, um mundo ideal que começou a desmoronar quando essas nações perceberam que tinham pouco controle sobre um componente crucial: a demografia.

No ocaso desse paraíso terrestre, o Brasil imaginou poder recriá-lo, estabelecendo, na reforma constitucional de 1998, um pacote de benesses sob o título Seguridade Social, que agrupou três programas distintos – assistência à saúde, assistência social e Previdência Social.

Os dois primeiros programas, assistenciais (como diz o próprio nome), são universais, sem necessidade de contribuições e financiados por impostos.

Diferentemente deles, a Previdência Social é o único que é um seguro, portanto com características diferentes: é contributivo, só tem direito quem recolhe contribuições e, de acordo com princípios técnicos mundiais, deve ter equilíbrio financeiro e atuarial, conforme descrito no artigo 201 da Constituição.

Ou seja, recebe de aposentadoria exatamente o que recolheu de contribuições. Uma conta de resultado zero. Dogma fundamental copiado da previdência privada.

A Previdência Social jamais será superavitária com o atual desenho.

Argumenta-se já há muito tempo que a Previdência Social é deficitária. Nos últimos 20 anos, houve períodos de crescimento econômico e de recessão, como agora. Houve períodos de pleno emprego, como há dois anos atrás, e de alto desemprego, como atualmente.

Ora, um problema que se repete em diferentes e opostos cenários não é um problema conjuntural, mas estrutural – e de uma magnitude que não pode ser desconsiderada: em 2014 o déficit foi de R\$ 55 bilhões, subindo para R\$ 85 bilhões em 2015 e estimado em R\$ 146 bilhões neste ano. Só para comparar, todo o orçamento da educação em 2015 foi de R\$ 103 bilhões; o da saúde, de R\$ 102 bilhões.

E não há esperança de que o quadro previdenciário mude, pois não há como lutar contra a demografia. Se na década de 60 tínhamos uma média de seis filhos por brasileira, hoje ela é de só 1,7.

Não existirão mais brasileiros em número suficiente para adentrar o mercado de trabalho e recolher ao INSS para financiar aposentadorias de idosos em número crescente e que vivem cada vez mais.

Na outra ponta, a das despesas, só nos últimos 13 anos a expectativa de vida ao nascer aumentou cinco anos. A expectativa de sobrevida na idade da aposentadoria, aos 60 anos, segundo o IBGE, é chegar aos 86 anos.

As brasileiras não voltarão mais a ter tantos filhos, a tecnologia não vai deixar de avançar e a Previdência Social jamais será superavitária com o atual desenho.

Mesmo assim, centrais sindicais, outras entidades e especialistas relutam em analisar isoladamente o orçamento da Previdência Social e preferem afirmar que a Seguridade Social – abrangendo os três programas – é superavitária. Ora, o financiamento dessa conta macro da Seguridade Social inclui vários tributos (no passado, foi bancada também pela CPMF) e loterias, além das contribuições sociais exclusivas para o INSS.

Seu resultado contábil pode até ser superavitário, mas não há dúvida de que a Previdência Social, que dela faz parte, é estruturalmente deficitária há 20 anos.

Não houvesse o déficit de R\$ 146 bilhões só este ano, seria possível mais que dobrar o orçamento do SUS. Muito mais que contrariar dispositivo constitucional, o déficit da Previdência Social suprime recursos fundamentais da camada mais pobre da sociedade brasileira, que precisa de assistência social e assistência à saúde gratuita.

Não é possível cair no artifício contábil de quem chama de "farsa" o déficit da Previdência. Confundir para impedir mudanças inevitáveis é também condenar a Previdência à insolvência e os trabalhadores, à impossibilidade de um dia poderem parar de trabalhar.

PDG nega ter tomado decisão de pedir recuperação judicial

29/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A incorporadora PDG Realty negou que tenha tomado qualquer decisão de pedir recuperação judicial. A negativa consta em comunicado divulgado nesta quarta-feira (28), pela companhia, em resposta a questionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que cita notícia publicada hoje, no jornal "O Estado de S. Paulo", informando que a PDG deverá recorrer à recuperação judicial até o fim do ano.

"Ao contrário do disposto na notícia, a companhia esclarece que não há qualquer decisão tomada sobre o ajuizamento de um pedido de recuperação judicial, assim como não houve, por parte de seus representantes, qualquer interação com instituições financeiras a este respeito", afirma a PDG em comunicado.

A incorporadora afirma que continua estudando, em parceria com assessores financeiros, um conjunto de alternativas para otimizar e fortalecer sua estrutura de capital e sua reestruturação financeira.

"Até que novos fatos relevantes ou comunicados oficiais sejam publicados, qualquer divulgação acerca da reestruturação de dívidas pela mídia ou por qualquer outro meio deve ser havida como especulação, e os acionistas e o mercado em geral devem se pautar tão somente pelas publicações oficiais realizadas pela companhia", ressalta a PDG.

Em agosto, a incorporadora comunicou que concluiu a renegociação de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões de dívidas com seus cinco principais credores. Esse valor corresponde a 74% da dívida bruta da companhia atualizada até o fim de junho.

Segundo o comunicado do mês passado, a PDG terminou a renegociação da totalidade da dívida corporativa de R\$ 2,9 bilhões contraída junto aos bancos Bradesco, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Votorantim.

A PDG também comunicou ter obtido êxito no acordo dos contratos de financiamento à produção vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) no valor de R\$ 1,1 bilhão - esta renegociação estava concluída e sujeita a formalização.S

Temer defende que Mercosul e União Europeia acelerem acordo comercial

29/09/2016 – Fonte: G1



O presidente Michel Temer, ao centro, durante reunião da Câmara de Comércio Exterior, ao lado dos ministros Eliseu Padilha e José Serra (Foto: Beto Barata/Presidência da República)

O presidente Michel Temer defendeu nesta quarta-feira (28), durante reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), no Palácio do Planalto, que o Mercosul e a União Europeia acelerem o acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos.

Atualmente, o bloco de países sul-americanos, composto por Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai, negocia um acordo comercial com o bloco de países europeus.

Para entrar em vigor, porém, as duas partes precisam apresentar suas propostas. Pelas estimativas do governo brasileiro, o acordo deve ser firmado dentro de dois anos.

"A Organização Mundial do Comércio, sabemos todos, é foro importante para o combate aos subsídios agrícolas. Mas é preciso dedicar mais esforços a acordos com parceiros selecionados. Precisamos romper o relativismo, o isolamento externo dos últimos anos", disse o presidente.

"Queremos, agora, acelerar as negociações, por exemplo, entre o Mercosul e a União Europeia, e também aprofundar conversas com outros parceiros", acrescentou.

As negociações dos dois blocos para a criação de uma área de livre comércio entre os blocos se iniciaram no ano 2000, mas a primeira troca de ofertas quatro anos depois não foi bem sucedida e as conversas ficaram paradas até 2010.

Em maio deste ano, representantes dos blocos se reuniram em Bruxelas (Bélgica), mas não houve acordo.

Um dos grandes entraves às negociações é o setor agrícola, especialmente quanto a produtos como o etanol, açúcar bruto e a carne bovina, que não foram discutidos pela União Europeia.

Outra dúvida quanto a possíveis acordos envolve a saída do Reino Unido do bloco europeu. Os britânicos adotavam uma postura menos protecionista do que outros países, como a França, Hungria e Irlanda.

A próxima reunião entre o Mercosul e a União Europeia deve acontecer em Bruxelas, entre os dias 10 e 14 de outubro.

Na reunião da Câmara de Comércio Exterior, Temer disse ainda que o Mercosul está "retomando o caminho da normalidade", sem citar um caso específico.

"Precisamos de um Mercosul ágil e moderno, que sirva de plataforma para que atuem fortalecidos no mercado internacional. Isso exige o enfrentamento de muitas questões, como a revisão da estrutura tarifária do bloco e a celebração de acordos em novas áreas", acrescentou.



O presidente Michel Temer, durante reunião no Palácio do Planalto (Foto: Beto Barata/Presidência da República)

Discurso

Temer iniciou seu discurso, de cerca de dez minutos, afirmando que é necessário fortalecer a Câmara de Comércio Exterior porque, na avaliação dele, "é necessário restaurar a centralidade do comércio e dos investimentos no conjunto de políticas de desenvolvimento do país".

O presidente afirmou ainda que o objetivo do governo, ao reunir a Camex, é restabelecer a capacidade do poder público de articular uma política de comércio exterior "consistente".

"E, hoje, o nosso propósito maior, não é novidade para ninguém, é retomar o crescimento econômico e gerar empregos de qualidade. Esta é a demanda número um da sociedade brasileira e este deve ser o norte de nossa política de comércio exterior", disse.

Na avaliação do presidente, estamos em um mundo em que a competição comercial é "dura e permanente", por isso, disse, "temos de nos adaptar".

Temer aproveitou para dizer que está seguro de que o Brasil poderá aumentar sua participação no comércio internacional, "tanto em termos quantitativos quanto qualitativos". Segundo o presidente, o país é o 25º maior exportador e pode melhorar esta posição.

"Há, portanto, muito espaço para maior e melhor integração do Brasil nos fluxos de comércio e investimentos internacionais. É urgente explorar esse espaço e isso requer política eficiente. E esta política, naturalmente, tem que passar, em primeiro lugar, pela redução do custo Brasil. Gargalos de infraestrutura e outros fatores que encarecem a exportação brasileira precisam ser seriamente atacados", afirmou.

Barreiras dentro do Mercosul têm que ser levantadas e analisadas, diz Serra

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O Brasil, em conjunto com os outros países do Mercosul, trabalha para derrubar 80 medidas que classificou como "barreiras residuais" entre os países do bloco -ou seja, atos de proteção de mercado que restringem o livre comércio-, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, José Serra.

"Quem olha de fora pensa que está tudo livre em matéria de comércio interno. No entanto, há muitas barreiras internas na Argentina, Paraguai e Uruguai", disse o chanceler nesta quarta-feira (28) em entrevista após a primeira reunião da Camex (Câmara de Comércio Exterior) presidida pelo presidente Michel Temer.

Como exemplo, Serra citou as restrições impostas pela Argentina nos últimos dois anos à entrada de carros brasileiros no país. "Esse é o caso mais vistoso, mas não é o único", disse. "Vamos segunda-feira com o presidente Temer à Argentina, e a noite ao Paraguai, e as questões das prioridades próximas do Mercosul vão ser levantadas e analisadas".

Para ele, as principais barreiras que o Brasil enfrenta hoje não são tarifárias. "Entre janeiro de 2013 e junho de 2016, entraram em vigor nos EUA 175 medidas sanitárias e fitosanitárias. No Brasil foram 22. Essas questões têm que ser bem analisadas, daí nossa posição: concessão sim, mas com reciprocidade. Não faremos concessões unilaterais".

SOBRETAXA

Ele afirmou que o Brasil vai dar início a um processo para contestar a sobretaxa imposta pelos EUA às exportações brasileiras de dois tipos de aços produzidos pela CSN e Usiminas. Os EUA acusam o Brasil de subsidiar aços laminados a frio e a quente, o que seria vedado pelas regras da OMC (Organização Mundial do Comércio). "Isso vem inviabilizando as exportações brasileiras. Vamos contestar", afirmou Serra.

O Brasil não considera esses subsídios como irregulares. A avaliação é que são benefícios que têm efeito sobre a economia em geral, e não apenas sobre produtos

específicos, e que por isso podem ser concedidos. A contestação deve ser feita antes do final do ano.

A Camex determinou nesta quarta que o Reintegra, programa criado para reembolsar empresários de parte dos impostos pagos na exportação, passará a ser de 2% em 2017 -anteriormente, o percentual previsto era de 0,1%. "O custo Brasil [conjunto de impostos e burocracias que tornam o produto brasileiro mais caro] é de 25% hoje. É um obstáculo imenso", disse o chanceler.

Opep faz acordo para cortar produção; ações da Petrobras sobem 5,56%

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

A notícia de que a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) chegou a um acordo para cortar a produção pela primeira vez em oito anos surpreendeu os investidores nesta quarta-feira (28). Os preços do petróleo subiram quase 6% e impulsionaram ações de empresas do setor, como as preferenciais da Petrobras, que ganharam mais de 5,5%.

O Ibovespa fechou em alta de 1,67%, e os índices acionários em Nova York também subiram. O dólar, que se fortalecia mais cedo, mudou de direção e passou a cair frente às principais moedas, incluindo o real.

Em encontro realizado na Argélia, os membros da Opep decidiram limitar a produção para uma faixa entre 32,5 milhões e 33 milhões de barris diários, ou aproximadamente 750 mil barris diários a menos do que em agosto.

O acordo foi confirmado pelo ministro iraniano do petróleo, Bijan Namdar Zanganeh, segundo a agência Bloomberg. Zanganeh declarou que alguns membros da Opep terão que cortar a produção, mas o Irã não estaria entre esses países. Os detalhes do acordo, porém, só devem ser definidos em novembro, quando o cartel se reúne novamente.

O petróleo Brent para novembro, negociado em Londres, avançou 5,92% -o maior ganho percentual desde abril deste ano-, a US\$ 48,69 o barril; o petróleo tipo WTI, negociado em Nova York, ganhou 5,33%, a US\$ 47,05 o barril.

As cotações do petróleo vêm sendo pressionadas por causa do excesso de oferta mundial da commodity. Há cerca de dois anos, o barril era negociado acima de US\$ 100. A produção da Opep responde por cerca de 40% da oferta global.

BOLSA

As ações da Petrobras seguiram o movimento do petróleo e fecharam em alta de 5,56% -o maior ganho percentual em mais de três meses-, a R\$ 13,85 (PN), e 4,64%, a R\$ 15,33 (ON). Já o Ibovespa encerrou a sessão com ganho de 1,67%, aos 59.355,77 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 6,4 bilhões. Os papéis da Vale encerraram a sessão com ganho de 3,60%, a R\$ 15,80 (PNA), e 3,35%, a R\$ 18,19 (ON).

No setor financeiro, Itaú Unibanco PN subiu 0,71%; Bradesco PN, +0,60%; Bradesco ON, +0,59%; Banco do Brasil ON, +1,87%; Santander unit, +3,15%; e BM&FBovespa ON, +0,89%. As ações PNA da Braskem lideraram os ganhos do Ibovespa nesta quarta-feira, com +10,28%, após a petroquímica ter anunciado o pagamento de dividendos que totaliza R\$ 1 bilhão.

Os papéis da petroquímica também foram beneficiados pela prorrogação de direitos antidumping sobre produtos químicos produzidos por companhias brasileiras por até cinco anos, definido pela Camex (Câmara de Comércio Exterior).

CÂMBIO E JUROS

O dólar iniciou a sessão em alta frente às principais moedas, mas acabou perdendo força com a euforia do mercado após o acordo fechado pela Opep para limitar a produção.

No Brasil, o dólar comercial encerrou a quarta-feira em queda de 0,30%, a R\$ 3,2210. A moeda americana à vista, que encerra a sessão mais cedo, subiu 0,36%, a R\$ 3,2458, antes do anúncio sobre a Opep Pela manhã, como tem ocorrido diariamente, o Banco Central leiloou pela manhã mais 5 mil contratos de swap cambial reverso, equivalentes à compra futura de dólares, no montante de US\$ 250 milhões.

Jefferson Rugik, diretor de câmbio da Correparti Corretora, explica que a moeda americana se fortaleceu mais cedo por causa da ida da presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA), Janet Yellen, ao comitê de serviços financeiros da Câmara dos Deputados americana.

"Yellen foi evasiva sobre quando os juros americanos devem começar a subir, mas mesmo assim o câmbio ficou pressionado", avalia Rugik. "Além disso, amanhã [quinta-feira] saem os dados finais do PIB americano e Yellen fala novamente em evento, o que concentrará as atenções do mercado", acrescenta. Por enquanto, a maior parte das apostas são de uma elevação dos juros nos EUA em dezembro.

No mercado de juros futuros, o contrato de DI para janeiro de 2017 caiu de 13,775% para 13,750%; e o contrato de DI para janeiro de 2018 subiu de 12,150% para 12,160%. O contrato de DI para janeiro de 2021 recuou de 11,580% para 11,530%, renovando a mínima desde outubro de 2014.

Segundo analistas, além da desaceleração da inflação, a expectativa de aprovação da PEC (proposta de emenda constitucional) dos gastos públicos entre 10 e 11 de outubro no plenário da Câmara, como quer o governo, amplia a possibilidade de corte da taxa básica de juros (Selic) já no próximo mês.

"A aprovação da PEC 241 na Câmara abrirá espaço para o Copom [Comitê de Política Monetária] do Banco Central começar a cortar os juros em até 0,50 ponto percentual no dia 19 de outubro", escreve José Faria Júnior, diretor-técnico da Wagner Investimentos, em relatório. O CDS (credit default swap) brasileiro de cinco anos, espécie de seguro contra calote e indicador de percepção de risco, recuava 1,87%, aos 268,138 pontos.

EXTERIOR

Em Nova York, o índice S&P 500 fechou com ganho de 0,53%; o Dow Jones avançou 0,61%; e o Nasdaq, +0,24%. Na Europa, as Bolsas fecharam em alta, antes da notícia do acordo da Opep.

A Bolsa de Londres fechou em alta de 0,61%; Paris, +0,77%; Frankfurt, +0,74%; Madri, +0,60%; e Milão, +0,54%. Os investidores mais aliviados com a notícia de que o alemão Deutsche Bank vendeu sua unidade de seguros no Reino Unido.

Havia preocupações quanto à saúde financeira do Deutsche, depois que o Departamento de Justiça americano cobrou US\$ 14 bilhões da instituição para encerrar o caso envolvendo hipotecas. Na China e na Ásia, as Bolsas fecharam em queda.

Agência de risco rebaixa mineradora Samarco para nível de calote

29/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Após o calote no pagamento de juros que venceram no último dia 26, a agência Standard & Poor's rebaixou a nota de classificação de risco da mineradora Samarco de CCC para D, o nível mais baixo.

Esse nível indica que a empresa já deixou de pagar alguma obrigação e não há perspectivas que o faça nos próximos 30 dias. No dia 26, a companhia deixou de pagar uma parcela de juros devidos a detentores de títulos no mercado internacional.

Controlada pela Vale e pela BHP, a Samarco está sem operar desde o rompimento da barragem de Mariana (MG), no fim de 2015, que deixou um rastro de destruição.

Segundo a S&P, ao longo de 2016 a mineradora consumiu todo seu caixa em manutenção de suas unidades e para honrar gastos gerados pelo acidente.

Em nota, a agência lembra que os acionistas anunciaram que não fornecerão suporte financeiro à empresa e que há "consideráveis incertezas" quanto ao retorno às operações.

"Nesse cenário, acreditamos que a Samarco não realizará o pagamento devido nos próximos 30 dias, e provavelmente não honrará os pagamentos de outras obrigações financeiras que vencem nos próximos meses", diz a agência.

A Samarco não comentou o assunto.

Fitch diz que perspectiva para setor bancário no Brasil é negativa

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A perspectiva da agência de classificação de risco Fitch Ratings para o setor bancário no Brasil é negativa, de acordo com Cláudio Galina, responsável por instituições financeiras no Brasil da Fitch Ratings.

Essa visão se arrasta, conforme ele, desde dezembro de 2013 e tem como pano de fundo o encarecimento do custo operacional por conta do aumento da inflação, mas também do financeiro em meio à elevação dos juros e o impacto na inadimplência e nas provisões para devedores duvidosos, as chamadas PDDs, fora os reflexos da Operação Lava Jato, que contribuiu para o aumento de pedidos de recuperações judiciais.

"A visão para o setor brasileiro continua negativa e para mudar depende de uma agenda macro mais forte. O Produto Interno Bruto (PIB) e as taxas de desemprego ainda não convergiram para um patamar que justifique mudança de perspectiva por parte da Fitch. São necessários fundamentos mais claros", avaliou Raphael Nascimento, analista da Fitch, em evento da agência sobre instituições financeiras.

De acordo com ele, este ano, assim como 2015, está sendo difícil, principalmente, sob o ponto de vista de provisões que tiveram de ser elevadas em meio ao aumento de pedidos de recuperação judicial por parte das empresas. A Fitch espera, segundo ele, que o índice de inadimplência no Brasil encerre o ano em 4,2% e em 2017 chegue a 4,8%.

Nascimento lembrou ainda que o cenário atual no Brasil levou ao aumento de renegociações e reestruturações de dívidas que bateram recorde, levantando uma discussão se isso mascara ou não o endividamento e a qualidade de ativos dos bancos.

Segundo Galina, apesar da resiliência que o setor bancário tem mostrado a despeito da crise no País, entre 85% e 87% dos bancos acompanhados pela Fitch têm perspectiva negativa. “Isso não significa que os bancos, o sistema financeiro corra risco sistêmico”, acrescentou.

Projeções

A Fitch espera que o PIB brasileiro registre aceleração de 0,7% em 2017, depois de retração de 3,3% este ano. Para a taxa de desemprego, a projeção da agência de rating é de elevação para 10,8%, de 8,8% em 2016; a inflação, de acordo com as estimativas, deve variar para baixo, à taxa de 6,4%, de 8,6% em 2016.

Rafael Guedes, diretor executivo da Fitch, disse que o anúncio da nova equipe econômica foi positivo e bem recebida e ainda que, após o impeachment, os sinais positivos ficaram mais claros. Guedes pontuou também que a balança comercial está contribuindo para o desempenho melhor da economia. Entretanto, ponderou que existem ainda desafios.

“Anúncios são positivos, mas estamos no início das tarefas”, afirmou. Entre as tarefas inacabadas do novo governo, Guedes citou o ajuste fiscal, destacando que o comprometimento do novo governo com as propostas do teto de gastos e reforma da Previdência deve reforçar a confiança dos investidores, atraindo, dessa forma, o capital estrangeiro.

O executivo da Fitch comentou que existem ainda detalhes sobre a reforma previdenciária que precisam ser conhecidos e que a dinâmica do Congresso pode gerar diluição e modificações na consolidação fiscal.

Guedes citou também a Lava Jato, como outra tarefa inacabada e que continua produzindo incerteza no País. “A reconstrução da credibilidade dependerá do atingimento das metas propostas”, afirmou.

Guedes pontuou ainda que o Brasil, classificado como BB pela Fitch, tem rating inferior ao do Azerbaijão e superior ao de Bangladesh e ainda no mesmo nível de rating da Croácia, Guatemala, Macedônia e Paraguai

Brasil iniciará processo na OMC a respeito de sobretaxas dos EUA a siderúrgicos

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, disse nesta quarta-feira, 28, que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu hoje dar prosseguimento à abertura de um questionamento aos Estados Unidos a respeito da sobretaxa de produtos siderúrgicos brasileiros.

“Vamos usar o mecanismo de solução de controvérsias. Houve a imposição dessas taxas e vamos dar início a uma preliminar que desembocará na Organização Mundial do Comércio (OMC)”, disse o ministro, após as três horas de reunião da Câmara.

Serra citou que também foi tratada a questão do livre comércio dentro do Mercosul, lembrando que existem ainda cerca de 80 barreiras dentro do bloco.

Também foi debatida a uniformização das barreiras fitossanitárias e tecnológicas do grupo.

“Discutir essas barreiras é uma questão essencial, sem falar nas negociações com outros blocos, como a União Europeia”, afirmou.

O ministro confirmou também que o governo seguirá o cronograma do Reintegra, com a alíquota de desconto tributário – atualmente em 0,10% – voltando para 2% a partir de janeiro de 2017 e chegando a 3% em janeiro de 2018.

A decisão já havia sido anunciada pela manhã pelo ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, após reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Serra citou ainda que a Camex buscará promover a facilitação do comércio com parceiros estratégicos do Brasil, inclusive com a criação da figura do “ombudsman” para o setor. Assim como já dito pelo presidente Michel Temer na abertura da reunião, será lançado o Operador Logístico Internacional para facilitar as exportações de micro e pequenas empresas.

O ministro disse ainda que houve consenso sobre a denúncia do tratado marítimo bilateral que o Brasil tem com o Chile desde 1974, que prevê exclusividade às empresas brasileiras e chilenas no transporte de carga entre os dois países, o que encarece demais o frete.

“Mas o Ministério dos Transportes pediu mais tempo para analisar o encerramento do acordo. Mesmo com a decisão, irá demorar quatro meses para se comunicar ao Chile”, completou.

Governo está na reta final que antecede a votação de PEC, diz Mansueto

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, afirmou nesta quarta-feira, 28, que o governo está na reta final que antecede a votação a PEC 241 na Câmara. A declaração foi dada durante evento na FGV, feito por videoconferência.

Mansueto viria ao evento na capital paulista, mas explicou que teve de ficar em Brasília e não pode vir para São Paulo porque foi convocado para uma reunião de última hora sobre a PEC dos gastos.

“Teremos outra reunião amanhã. O relator deve apresentar seu relatório no dia 3 de outubro. Estamos na reta final das conversas com os parlamentares, com o relator, para fechar o texto final”, apontou.

Ele lembrou que o ponto de partida para o ajuste fiscal é muito ruim, já que este ano a previsão é de déficit de R\$ 170,5 bilhões, ou 2,7% do PIB.

Tributação

Mansueto de Almeida afirmou que, passada a primeira fase do ajuste fiscal, com a aprovação da PEC dos gastos e da reforma da Previdência, o governo deve começar a se debruçar sobre outros temas. Um deles é a questão dos regimes especiais de tributação.

O secretário disse que pediu à Receita Federal um levantamento geral sobre esses regimes especiais de tributação e o número de empresas beneficiadas. “Tem muito regime no qual às vezes o governo deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão, R\$ 2 bilhões, e todo o benefício vai para duas, três empresas.

O objetivo imediato nos próximos 30 dias é a questão fiscal, mas existe uma ampla agenda que já está sendo estudada e os regimes especiais de tributação estão incluídos”, comentou.

Ele citou ainda outros temas microeconômicos, com a agenda da reforma tributária, compras públicas com margem de preferência, o papel das agências reguladoras e nova lei de licitação. "São questões que afetam a produtividade. Vamos discutir as estratégias ao longo dos próximos anos para tentar viabilizar a reforma tributária", afirmou.

Mansueto ressaltou que não existe resposta fácil para o problema fiscal e que, toda vez que se tentou uma "solução mágica" para a dívida pública, isso significou um calote. "O que o Collor fez nos anos 90 foi um calote.

O que se fez nos anos 80, com a mudança no critério de correção da dívida, foi um calote disfarçado. Eu acredito que a população não defende um calote. A única forma responsável de reduzir a dívida pública e pagar menos juros é o governo não precisar mais tomar dinheiro emprestado, e para isso só o ajuste fiscal resolve".

O secretário lembrou que o governo criou uma série de contribuições nos anos 90 para não ter de dividir os recursos com os outros entes federados, como acontece na arrecadação de impostos.

Naquele período, os gastos com seguridade social (Previdência, assistência social e saúde) se tornaram superavitários, mas essa situação se inverteu.

"Hoje em dia a Desvinculação das Receitas da União (DRU) não ajuda o governo a equilibrar as contas, porque o resultado da seguridade social é deficitário. A DRU só dá mais flexibilidade para pagar determinadas despesas com outras fontes orçamentárias", apontou.

Deflator

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda afirmou que o deflator do PIB no Brasil tradicionalmente cresce 1,4 vez acima do IPCA. Segundo ele, se esse comportamento se mantiver nos próximos anos, a trajetória da dívida pública, já considerando a aprovação da PEC dos gastos, será melhor do que muita gente espera.

"Se essa relação se mantiver, o ponto de inflexão da dívida pública será muito mais rápido. Por outro lado, se o deflator ficar igual ao IPCA, a trajetória da dívida será um pouco pior", comentou.

Mansueto admitiu que existem muitas divergências dos analistas em relação à trajetória da dívida pública, porque cada um considera uma coisa na sua conta, mas todos reconhecem a necessidade de aprovar a PEC dos gastos e a reforma da Previdência. "Nós estamos conscientes de que vamos ter de rever e avaliar uma série de programas públicos", afirmou.

Herança

Ele lembrou que o governo de Michel Temer herdou uma dívida de R\$ 2,6 bilhões da gestão passada só em tarifas bancárias. A atual gestão teria herdado ainda uma dívida com as embaixadas que varia de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões, segundo Mansueto. "Agora estamos pagando essas dívidas com os bancos e instituições internacionais", disse o secretário.

As afirmações do secretário foram feitas já na parte final da sua participação no evento, na sessão de perguntas e respostas, quando foi inquirido sobre o que mais o governo estava fazendo no sentido de reduzir a dívida pública federal.

De acordo com o secretário, o Brasil, que tanto incentivou a criação do Banco dos Brics, deixou de fazer os aportes para o fundo da instituição. "O Brasil estava dando calote no Banco dos Brics", disse Mansueto.

Governo estuda desvincular benefícios do salário mínimo, confirma Padilha

29/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) confirmou que o governo Michel Temer estuda desvincular benefícios, como a pensão por morte e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), do salário mínimo.

O Palácio do Planalto já decidiu que não irá desvincular a aposentadoria do mínimo. Isso porque os técnicos concluíram que uma alteração nessa regra poderia gerar questionamentos na Justiça.

Segundo dados de agosto de 2016, 23 milhões de pessoas receberam um benefício previdenciário de até um salário mínimo. Equivalente a um desembolso mensal de R\$ 19,9 bilhões, o que representa cerca de 49% do total de benefícios do INSS.

Há dez anos, eram 16,3 milhões de pessoas que recebiam o piso, com um desembolso de R\$ 5,6 bilhões –pouco mais de 42% do valor total.

O governo quer desvincular o BPC para desestimular este tipo de benefício, pago a pessoas que completam 65 anos e recebem benefício assistencial de um salário mínimo mesmo sem contribuir para a Previdência.

Para ter direito, a renda per capita da família deve ser menor que 25% do salário mínimo. São 4,3 milhões de beneficiários (com um custo de R\$ 3,8 bilhões por mês). De acordo com as regras atuais, o salário mínimo é corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais a variação do PIB de dois anos antes. Essa política de reajuste vale até 2019, quando o governo pode mudar a regra.

A correção dos benefícios da Previdência com valor acima do salário mínimo, hoje em R\$ 880, também é feita com base no INPC.

MILITARES

O alcance que a reforma terá em relação às regras para os militares ainda será definida por Temer. A ideia, por enquanto, é manter um regime próprio para os integrantes das Forças Armadas, mas ajustar regras relacionadas ao tempo de contribuição necessário para aposentadoria.

Durante reunião com empresários do setor de mídia, Padilha afirmou que, se a Previdência continuar como está, "o sistema estoura em 2025, 2030". "O sujeito vai ao banco com o cartãozinho e não terá dinheiro para sacar."

O Palácio do Planalto desistiu de enviar antes das eleições a reforma da Previdência ao Congresso. Temer quer passar um "olho clínico" no texto e conversar com centrais sindicais, confederações e com líderes aliados no Congresso Nacional antes de enviar o texto ao Legislativo.

Nesta quarta, Padilha confirmou que a reforma vai prever uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria.

O projeto também prevê uma contribuição mínima de 25 anos. Para ter o benefício integral, no entanto, o tempo de contribuição deverá ser maior. O período de transição será de 20 anos para mulheres e de 15 para homens.

O projeto acaba ainda com o acúmulo de benefícios. O beneficiário terá direito apenas àquele de maior valor.

Consumidor ainda está cauteloso para ir às compras, diz economista da CNC

29/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O cenário atual é de cautela, segundo o economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Bruno Fernandes. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (Peic), divulgada nesta quarta-feira, 28, revelou que as famílias voltaram a se endividar de agosto para setembro. Mas, comparado a 2015, não há perspectiva de que vão voltar às compras.

Segundo a pesquisa, 58,2% das famílias brasileiras estão endividadas. O resultado é superior ao de agosto, de 58%, porém, inferior ao registrado em igual mês de 2015, de 63,5%.

“O que a pesquisa mostra é que, em relação ao mês anterior, a confiança do consumidor saiu do fundo do poço. Mas ainda não é possível considerar uma retomada do consumo. O que houve foi uma retomada leve da confiança, mas não o suficiente para que as famílias continuem se endividando”, avalia Fernandes.

A visão da CNC é que o ano de 2016 já está dado e que não há, no curto prazo, como reverter os reflexos negativos na economia. A perspectiva é que mesmo o Natal, quando o consumo aumenta, será pior do que o de 2015.

“Enquanto tivermos taxa de juros alta, mercado de trabalho ruim e inflação elevada, estaremos limitados a recuperações leves, como a atual”, afirmou.

Em 2017, “pode haver uma recuperação”, diz o economista. Mas a virada do comércio vai depender do comportamento desses vetores macroeconômicos: custo do crédito, preços e emprego, segundo Fernandes.

Goodyear renova parte de sua gama de pneus

29/09/2016 – Fonte: Automotive Business

A Goodyear apresentou uma série de pneus para automóveis de passeio e veículos comerciais. Um dos destaques é o Eagle F1 Asymmetric 3 (foto ao lado), modelo de alto desempenho usado como equipamento original no Chevrolet Camaro, Jaguar XF, Porsche 911, Boxster e Cayman, Audi A1, A3 e A8, Mercedes-Benz Classe E, BMW Série 3 e Série 5, Range Rover Evoque e Volkswagen Golf, por exemplo. A Goodyear promete bom desempenho em pista seca ou molhada, mesmo em alta velocidade. As medidas disponíveis para o novo Eagle têm aros entre 17 e 21 polegadas.

Para uso misto a empresa atualizou a linha Wrangler AT. Seu novo composto traz sílica com polímeros multifuncionais e resinas de tração que melhoram a aderência em piso molhado, aumentando a segurança em manobras e frenagens. Por sua proposta, o Wrangler AT Adventure é mais resistente a perfurações e impactos. A estrutura da carcaça garante menor resistência ao rolamento, resultando em economia de combustível.

Segundo a Goodyear, o novo Wrangler AT é 31% melhor em dirigibilidade no molhado, 37% superior em tração no molhado e oferece resistência ao rolamento 14% menor que a do antecessor. É produzido em medidas para aros de 15 e 16 polegadas.

Ainda dentro dos produtos de “passeio” (automóveis, picapes médias e SUVs), a empresa apresentou os pneus Kelly e suas linhas Edge Touring, Edge Sport e Edge SUV.

Os pneus da marca Edge são produzidos em Americana (SP), dentro da fábrica da Goodyear. São oferecidos somente ao mercado de reposição e têm proposta mais "econômica". As medidas vão de 13 a 17 polegadas.



À esquerda, Goodyear Wrangler AT (para uso misto), ao centro o Kelly Edge (linha "econômica" para carros, picapes e SUVs) e à direita o Goodyear Citymax Plus, pneu para caminhões e ônibus com quatro cintas estabilizadoras, que protegem a carcaça e permitem maior número de recapagens.

LINHA COMERCIAL

Para os ônibus e caminhões a Goodyear mostrou o Citymax Plus, novo pneu de uso urbano que promete até 8% a mais de quilometragem por causa do desenho dos sulcos externos e do composto especial. Está disponível na medida 275/80R22.5.

O Citymax Plus conta com quatro cintas estabilizadoras de aço que protegem a carcaça, permitindo maior número de recapagens. Além disso, a tecnologia Waffle Blade oferece ligação flexível entre os blocos do pneu, que em conjunto com um composto especial otimiza sua movimentação e permite que se esses blocos se acomodem melhor no piso. O pneu comercial tem sete anos de garantia e opção de chip integrado (para sistemas de gerenciamento de frota).

Saldo das carteiras de veículos tem nova queda

29/09/2016 – Fonte: Automotive Business



O saldo das carteiras de crédito para o financiamento de veículos teve nova contração ao fechar agosto em R\$ 146,4 bilhões, resultado 9,1% abaixo do verificado em igual período acumulado do ano passado, quando o saldo era de R\$ 168,6 bilhões. Este é o menor valor do ano apurado até agora, segundo dados do sistema financeiro nacional divulgado na quarta-feira, 28, pelo Banco Central.

Na comparação com o saldo de julho, houve queda de 0,9% e considerando os últimos doze meses terminados em agosto, o saldo já recuou 13,2% sobre os doze meses imediatamente anteriores.

Por outro lado, a concessão de crédito subiu 8,39% em agosto na comparação com julho ao somar R\$ 6,37 bilhões, o maior valor mensal até agora. Contudo, na soma dos valores de concessões de janeiro a agosto, o crédito para o financiamento de veículos está 15,5% menor se comparado com iguais meses do ano passado.

De acordo com o relatório do BC, a inadimplência no setor de veículos ficou estável em agosto ao atingir 4,6%, o mesmo índice registrado nos dois meses anteriores.

Contudo, em 2015, de janeiro a agosto o índice de inadimplência foi de 3,9% em cada um dos oito meses – foi a partir de setembro daquele ano que os atrasos começaram a se intensificar, aumentando mês a mês até atingir o atual, o maior até agora para o setor há pelo menos dois anos.

A taxa média de juros subiu 0,2 pontos percentuais, de 26% em julho para 26,2% em agosto, enquanto o prazo médio dos planos de financiamento contraídos no período ficou em 41,9 meses, o maior do ano até agora.

PSA foca em serviços de mobilidade

29/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Três dias antes da abertura do Salão de Paris ao público, o Grupo PSA anunciou na quarta-feira, 28, uma série de iniciativas que passam ao largo dos lançamentos sempre presentes nesses eventos.

O objetivo é transformar a empresa em um fornecedor de serviços de mobilidade, incluindo o compartilhamento de veículos de qualquer marca além das três que pertencem à companhia francesa (Peugeot, Citroën e DS).

Para isso a PSA criou uma unidade de negócios exclusiva e lançou a marca (e aplicativo) Free2Move, que reunirá todas as soluções de transporte que já são ou passarão a ser oferecidas pela fabricante de carros, que quer se adaptar às novas tendências para garantir seu futuro.

Carlos Tavares, presidente do Grupo PSA, afirmou que essas iniciativas fazem parte integral do novo plano estratégico "Push to Pass", lançado este ano para cobrir o horizonte até 2021, após a empresa ter recolocado seu balanço no azul.

"Nosso plano foi pensado para nos levar da rentabilidade recuperada ao desenvolvimento sustentável, baseado em dois pilares: ser o fabricante de carros altamente eficientes e também um fornecedor de mobilidade", disse Tavares ao anunciar a nova marca de serviços na sede da companhia em Paris, França.

A PSA está colocando em prática um conjunto de ações para ganhar terreno em um novo ambiente de negócios, especialmente nos países desenvolvidos da Europa, América do Norte e Japão, onde a propriedade de veículos está em baixa e o compartilhamento está em alta.

Nesse sentido, a companhia está comprando participações societárias e costurando parcerias com outras em um ecossistema que envolve 15 empresas até o momento. Para as aquisições de cotas, separou € 100 milhões que já começaram a ser investidos.

"Temos de reconhecer que um carro não é um bom investimento, tendo em vista que pode ficar parado, sem uso, por 90% do tempo. O fato é que a propriedade desse bem está perdendo apelo e o uso compartilhado parece mais racional e está aumentando. Sinceramente, não sei ainda exatamente como será isso no futuro, mas tenho

obrigação de preparar a companhia para essas tendências”, avalia Tavares.

AQUISIÇÕES E PARCERIAS

Também na quarta-feira a aquisição de participação na canadense Communauto, que criou um sistema de compartilhamento de carros já implantado em sete cidades do Canadá e também em Paris.

O negócio é feito em conjunto com o banco MKB, também canadense especializado em investimentos em energia renovável e serviços de infraestrutura urbana. “Com isso vamos retornar à América do Norte, de onde saímos em 1990.

Primeiro, começamos com a oferta de serviços, depois estudamos se é viável voltar a vender automóveis lá”, afirmou Tavares. A intenção é expandir as operações da Communauto para outros países e construir um modelo internacional de compartilhamento de carros rentável e inovador.

Com algumas iniciativas já em funcionamento em cidades europeias, o modelo de compartilhamento precisa de carros e pessoas com seus celulares conectados à internet para funcionar. Em um exemplo possível, o dono de um veículo estaciona após o uso, e por meio de aplicativo no smartphone, pode colocar seu automóvel para aluguel durante certo período.

Quem precisa se locomover entra no sistema e acha o carro mais próximo, é informado sobre a placa e local, desbloqueia o veículo com um cartão ou pelo próprio telefone e sai guiando. O aluguel também pode ser contratado de frotas específicas – a PSA vai colocar suas locadoras das três marcas nesse sistema.

Na mesma data a PSA informou que vai ampliar sua colaboração com o grupo Bolloré, que opera dessa forma frotas compartilhadas de pequenos carros elétricos na França. Parte deles são modelos Citroën C-Zéro operando no sistema Bluely, de Lyon, que em novembro terá mais 40 veículos fornecidos pelo fabricante francês; e Bluecub, de Bordeaux, que ganhará mais 20 unidades movidas a eletricidade.

Outra iniciativa anunciada foi a associação com a Masternaut, segundo maior fornecedor de serviços de telemetria da Europa. Com isso a plataforma de telemática e geolocalização da Masternaut será oferecida para operadores de frotas corporativas em todos os veículos do Grupo PSA com o programa Connect Fleet Management, mas também pode ser utilizada em carros de outras marcas.

As novas participações e parcerias vêm na sequência de outras já anunciadas recentemente, como a aquisição de parte da Koolicar e TravelCar, especializadas em aluguel de carros pessoa-a-pessoa, em que o dono pode alugar enquanto não estiver usando e, por meio de acordo com o Banque PSA Finance, recebe desconto no pagamento das parcelas do financiamento ou, se já estiver quitado, ganha a remuneração pelo aluguel.

O grupo PSA também fez parcerias com a IBM, como parte do projeto Smarter Cities já em desenvolvimento em Nice, França, e Wallonia, Bélgica; além de desenvolver com a TomTom Telematics serviços de gerenciamento conectado de frotas.

Tavares explica que a ideia é oferecer mobilidade com carros de todos os tipos e marcas, mas, obviamente, a PSA prepara uma vasta gama de produtos para atender esses clientes.

“Não está claro ainda que tipo de segmentação o compartilhamento terá, mas está dentro do nosso plano estratégico a oferta de todos os tipos, elétricos, híbridos, a gasolina e a diesel”, afirma. A partir de 2019 a PSA lançará carros que terão os três tipos de propulsão oferecidos em um mesmo modelo, com o mesmo design.

Entre 2019 e 2021 o plano é lançar quatro elétricos com autonomia de 450 km e recargas rápidas de 80% das baterias em 30 minutos, mais sete novos híbridos plug-in (recarregáveis na tomada) com motor a gasolina, que podem rodar nas cidades até 60 km em modo elétrico, sem emissões.

BRASIL

Segundo Tavares, o Free2Move faz parte da estratégia mundial da companhia e não há nenhuma restrição em adotar a oferta de serviços de mobilidade também no Brasil.

“É uma oportunidade interessante, tendo em vista a grande penetração de telefones celulares no País, que podem rodar os aplicativos de compartilhamento”, diz o executivo. Mas ele explica que essa será uma decisão da gestão local da companhia. “Se o Carlos Gomes (presidente da PSA América Latina) decidir que é possível adotar esse sistema lá daremos todo o nosso apoio”, acrescentou.

Não será tão fácil. Ainda será necessário aprovar a regulamentação de como isso tudo funcionará no Brasil, levando em consideração questões de segurança, seguro, responsabilidade sobre multas e proteção de informações que vão circular no sistema.

“Essa é uma questão que já está em discussão na Anfavea (associação brasileira dos fabricantes) com o governo”, revela Fabrício Biondo, diretor de comunicação, marketing e produto da PSA América Latina. “Já temos nosso projeto de conectividade em andamento.

Já oferecemos aplicativos com funções de telemetria, com conexão via celular. Em uma segunda etapa vamos conectar o carro à rede, o que é fundamental para fazer funcionar os sistemas de compartilhamento e oferta de serviços”, explica.

Inovação é chave para setor minerometalúrgico competir no exterior

29/09/2016 – Fonte: CIMM

Inovação e modernização de sistemas, processos e materiais são os elementos necessários para que o Brasil se torne mais competitivo no mercado internacional na área de metalurgia, materiais e mineração, disse o presidente da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM), Horacido Leal Barbosa Filho, que abriu nessa terça (27), no Riocentro, no Rio de Janeiro, o 71º Congresso Anual do setor.

Para sair da crise e enfrentar a concorrência no mundo globalizado, Barbosa Filho diz que o setor nacional de metalurgia, materiais e mineração precisa elevar o nível de competitividade e, para isso tem que ter mais produtividade. “Primeiro temos que acreditar que a gente pode e constantemente se preparar para enfrentar as adversidades”.

Automatização

O presidente defendeu a adoção no Brasil de sistemas automatizados para processamento de aço, por exemplo, como ocorre em usinas no norte da Itália, para ampliar a produtividade, a chamada Indústria 4.0 (conceito de indústria que engloba as principais inovações tecnológicas dos campos de automação, controle e tecnologia da informação, aplicadas aos processos de manufatura). “As empresas estão se reinventando para concorrer com o mundo”, disse.

Na indústria automotiva, de modo particular, Barbosa Filho chamou a atenção para a utilização de aços de alta resistência que usam nióbio, elemento químico usado como liga na produção de aços especiais e um dos metais mais resistentes à corrosão, que é uma matéria-prima brasileira. “Cerca de 90% e 95% do mercado mundial são produzidos no Brasil”, disse.

Segundo o presidente da ABM, há um movimento em todo o mundo para desenvolver esse aço que aumenta a resistência, diminui a espessura, tem menor gasto de combustível e, em consequência, gera redução de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, além de agregar valor ao produto final.

Na área de ferramentas, segundo Barbosa Filho, o Brasil está atrás de outros países. A Alemanha, por exemplo, trabalha com tornos com cinco entradas para performar materiais, enquanto no Brasil muitos desses equipamentos têm apenas uma entrada.

“A média de idade dos equipamentos na Alemanha é sete anos; a nossa [média] aqui é de 19 anos. Como você quer concorrer com eles botando dinheiro a adotando coisas mais novas? Tem que fazer o mesmo. Tem espaço para crescer”.

Trabalhador

Barbosa Filho confia que, com essas inovações, o setor metalúrgico, de materiais de mineração brasileiro consiga superar os chineses, um dos principais concorrentes no mercado internacional. Para isso, é preciso investir no processo de respeito ao trabalhador, que é deficiente em outros países.

Ele diz que não é fácil trabalhar em uma usina siderúrgica oito ou 12 horas por dia, por exemplo, onde o menor peso é de uma tonelada e a temperatura é acima de 500 graus Celsius.

“O desgaste de um trabalhador desse é diferente de você estar trabalhando em um escritório”. Por isso, ele disse ser preciso que se dê condições ao trabalhador. “Parte da produtividade passa por um trabalhador satisfeito, bem remunerado, com segurança”. Para concorrer com a China, o presidente diz que “tem que ter inovação, produtividade e funcionários bem formados”.

Foton produz os primeiros caminhões no Brasil

29/09/2016 – Fonte: Usinagem Brasil



A Foton Caminhões reuniu autoridades, clientes e distribuidores da marca para apresentar os primeiros modelos fabricados no Brasil. Na linha de montagem da empresa, instalada temporariamente na fábrica da Agrale, em Caxias do Sul (RS), os visitantes puderam conhecer os chamados “pré-série”, que representam a conclusão do processo de validação com os fornecedores do País e confirmam o planejamento de produção nacional da Foton.

“Os primeiros caminhões produzidos pela Foton no Brasil atestam a capacidade da linha adotada no Rio Grande do Sul em atender as exigências de qualidade da marca e de levar adiante seu projeto de estabelecimento no País.

Estamos em fase de testes de produção dos caminhões e o início da fabricação nacional deverá acontecer no final de outubro”, disse Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do Conselho da Foton Caminhões.

Para o executivo, a solução de fabricar os caminhões de maneira temporária em uma linha exclusiva foi colocada em prática em tempo recorde.

"Em menos de seis meses já temos o primeiro produto que chamamos de pré-série. Certamente, no final do próximo mês, a linha passará a fabricar nossos caminhões em ritmo normal para atender a demanda do mercado interno", informou, acrescentando que o grupo deve acelerar também a construção da fábrica própria da Foton, em Guaíba (RS). A previsão é que os modelos entrem em produção seriada na fábrica de Guaíba no final de 2017.

"Estamos iniciando uma nova linha de produção de caminhões exatamente no momento mais crítico da crise econômica brasileira, o que demonstra claramente que nossos planos para o País são de longo prazo e a total confiança que a Foton chinesa deposita no potencial de crescimento econômico nacional", destacou.

A linha de produção adotada pela Foton em Caxias do Sul é resultado de um acordo fechado em março deste ano com a Agrale, que prevê o uso de uma linha de montagem para a produção de seus caminhões enquanto a fábrica própria estiver em construção.

"Os caminhões produzidos na linha provisória já contarão com índices de nacionalização superiores a 65%. Com isso, teremos acesso ao Finame e, certamente, no ano que vem, quando vamos inaugurar a fábrica própria em Guaíba, este índice estará próximo aos 70%", concluiu.

Termomecânica investe para entrar no mercado de alumínio

29/09/2016 – Fonte: Usinagem Brasil

Como parte de sua estratégia de crescimento, a Termomecânica está diversificando a atuação e ingressando no mercado de alumínio. Uma das líderes na indústria de transformação de cobre, passará a fabricar uma linha de produtos de alumínio, em especial tubos, para atender segmentos como refrigeração, automobilístico, embalagem e construção, entre outros.

A empresa investiu R\$ 27 milhões, na adequação de dois galpões, totalizando 4.200 m², localizados em uma de suas unidades fabris, em São Bernardo do Campo (SP), e na aquisição de equipamentos e tecnologias para viabilizar o novo negócio.

O projeto terá duas fases: a primeira, que acaba de ser ativada e é voltada ao consumo interno e à área de influência do Mercosul, deve produzir entre 200 e 250 toneladas por mês; e a segunda, com início ainda não previsto, alcançará outras regiões do globo, com uma capacidade produtiva em torno de 1.500 toneladas.

Somando-se todas as indústrias que podem ser atendidas na primeira etapa, estima-se um potencial a ser explorado pela Termomecânica de 2 mil t/mês. Já na segunda fase, as oportunidades de negócios serão mais amplas, pois somente o mercado interno está estimado em até 130 mil toneladas por ano.

"Há um grande potencial para o alumínio por conta da versatilidade e variedade de aplicações que comporta. É um metal alternativo ao cobre para o setor de refrigeração; ao aço na indústria automobilística; e ao papel, plástico e vidro no setor de embalagem, apenas para citar alguns exemplos", explica Regina Celi Venâncio, presidente da Termomecânica.

Assim como acontece com o cobre, a companhia também atenderá necessidades especiais dos clientes com a fabricação de ligas de alumínio mais complexas, de maior valor agregado e que, normalmente, não são foco dos fabricantes em nível mundial, o que criará boas oportunidades no mercado internacional, assim como localmente. Com base em uma infraestrutura consolidada, na qualificação técnica de sua equipe e devido à sinergia existente nos processos produtivos do cobre e do alumínio, a

Termomecanica realizou pequenas adaptações na área industrial para que o projeto fosse viabilizado e fará outras, de acordo com o crescimento da demanda.

Foram adquiridas máquinas extrusoras, trefiladoras, além de equipamentos acessórios para apoiar a fabricação de tubos para refrigeração, condensadores, radiadores, entre outros, e uma linha de fabricação de barramentos elétricos para instalações residenciais, prediais, industriais e em projetos de maior porte.

A maleabilidade dos recursos adquiridos também viabilizará a fabricação de perfis leves e médios de alumínio com aplicação na indústria alimentícia, elétrica, vestuário e automobilística. Na fase dois, está prevista a aquisição de um conjunto de fornos, estação de fundição de barras, entre outros. Com essa estrutura, serão fabricados outros produtos.

Para dar início à operação, a empresa realocou mão de obra já especializada proveniente de outras áreas e efetivou alguns estagiários. O projeto começa com uma equipe de 15 funcionários que será ampliada na medida em que o volume de produção aumentar e novos equipamentos forem incorporados, podendo atingir 120 postos de trabalho, considerando turnos ininterruptos.

Setor de máquinas e equipamentos tem queda de 17,4% no faturamento

29/09/2016 – Fonte: G1

Queda de agosto é pressionada pelo cenário recessivo da economia. Nos 8 primeiros meses do ano, recuo foi de 27,3% sobre um ano antes.

A indústria de máquinas e equipamentos do Brasil teve queda de 17,4% no faturamento de agosto ante o mesmo mês do ano passado, pressionada pelo cenário recessivo da economia, que voltou a pesar sobre a carteira de encomendas.

Segundo a associação que representa o setor, Abimaq, os fabricantes de máquinas e equipamentos do país faturaram R\$ 5,7 bilhões em agosto, acumulando nos oito primeiros meses do ano um recuo de 27,3% sobre um ano antes, a R\$ 45 bilhões.

A carteira de pedidos encerrou o mês passado com encomendas suficientes para 2,6 meses, uma queda de 7,4% em relação ao mesmo período de 2015, informou a entidade.

O uso da capacidade instalada do setor encerrou agosto em 66,5%, ante 68,6% ao final de agosto de 2015.

Brasil vai acionar OMC para derrubar barreiras dos EUA ao aço brasileiro

29/09/2016 – Fonte: G1

Medida foi anunciada nesta quarta-feira (28) pelo ministro José Serra. Se não houver acordo após conversas, tema será debatido em painel da OMC.

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, anunciou nesta quarta-feira (28) que o Brasil vai acionar a Organização Mundial do Comércio (OMC) para derrubar medidas tarifárias que os Estados Unidos estão impondo à importação do aço brasileiro laminado a frio e a quente.

Em março deste ano, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos concluiu que várias companhias violaram regras antidumping no mercado norte-americano de aços e decidiu impor tarifas preliminares de importação a produtos de sete países, incluindo o Brasil.

O pedido de investigação ocorreu a pedido de siderúrgicas baseadas nos EUA, incluindo AK Steel, Nucor, SteelDynamics, United States Steel e ArcelorMittal.

A tarifa imposta pelos Estados Unidos aos produtos planos de aço laminado a frio brasileiro é de 38,93%.

Os outros países atingidos pela medida antidumping norte-americana foram China (265,79% de tarifa), Índia (6,78%, Japão (71,35%) Coreia do Sul (4,53%), Rússia (14,76 por cento) e Reino Unido (28,03 por cento).

Segundo Serra, os norte-americanos estão impondo barreiras ao produto brasileiro. "Isso inviabiliza a exportação. Quero lembrar que os Estados Unidos são um grande mercado importador de manufatura", ressaltou o ministro.

O subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores, Carlos Cozende, informou que o Brasil solicitará a abertura de um processo de solução de controvérsias na OMC. A primeira etapa do litígio é um pedido de consultas.

Se as negociações não forem bem sucedidas, o tema será levado ao painel da Organização Mundial do Comércio.

Presidente da Fiat pede paciência com Brasil

29/09/2016 – Fonte: Inda

O presidente mundial do grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Sergio Marchionne, está confiante que o mercado de automóveis no Brasil vai começar a se recuperar em meados do segundo ou terceiro trimestre do próximo ano. No entanto, diz, levará ainda "um longo tempo" para as vendas voltarem aos patamares de 2012, ano de recorde para o setor. "Temos que ser pacientes com o Brasil", afirma.

Para Marchionne, o novo direcionamento da condução economia do Brasil, a partir das mudanças na esfera política, é positivo. "Não posso julgar, não vou me expressar sobre o processo político em si que está acontecendo no país. Seria impróprio. Mas o ajuste é necessário, como o que está ocorrendo na Europa.

A direção é de menor interferência do governo nos negócios", disse o executivo, em evento de lançamento do modelo Compass, um utilitário esportivo de porte médio. Ele destacou que o sistema de tributação no Brasil é extremamente complicado e prejudicial aos investimentos.

Desde que a crise econômica se instalou no Brasil, o grupo FCA optou por abrir mão de volumes e de participação de mercado no país, em nome de preservar a sua rentabilidade, afirmou Marchionne.

Somente no segundo trimestre, as vendas do grupo na América Latina caíram 21% na comparação anual. O Compass, um Jeep, mais caro que o Renegade - modelo também produzido na fábrica do grupo em Goiana (PE) - faz parte da estratégia global e local da empresa em busca de melhores margens.

O executivo tem esperanças de que a FCA vai voltar a crescer em volumes de vendas no Brasil a partir do próximo ano, mas ressalta que é preciso um posicionamento cauteloso.

"Tenho observado a participação dos nossos concorrentes. Algumas das coisas que vi eu não faria", afirmou o executivo.

"Na última década, o grupo FCA cometeu vários erros, mas o desenvolvimento da marca Jeep foi um dos acertos", afirmou Marchionne. Questionado sobre quais foram os erros da empresa, o executivo despiستou. "Você não vai querer saber, é uma lista grande", afirmou, em um tom bem-humorado.

Na fábrica em Goiana, a mais moderna construída pela FCA na última década no mundo, será possível produzir em escala suficiente para exportar para países da Europa e África, além da América Latina.

"Isso deve acontecer rapidamente", disse. O modelo vai estrear no Brasil, tanto em produção quanto em vendas, e no ano que vem será produzido em outras fábricas, com oferta em mais de cem países. O Compass é o terceiro carro colocado no mercado pela Fiat este ano e faz parte da estratégia de buscar liderança global no segmento de utilitários esportivos.

O executivo acredita que haverá continuidade no processo de alianças na indústria automotiva. Segundo ele, o fenômeno é "inevitável" porque as empresas do setor consomem muito capital e as fusões podem torná-las mais fortes para sobreviver aos ciclos econômicos.

"Quando decidimos investir na fábrica em Goiana, em 2009, o mercado era um. Em 2012, o mercado era outro, diminuiu". Na opinião do executivo, as aquisições podem surpreender. "Recentemente vi que a Disney estaria comprando o Twitter. Não dá para saber o que pode ou não pode acontecer. O mundo está mudando", afirmou.

Marchionne é cético quanto à expansão do carro completamente elétrico. Para o executivo, o mais provável é que tenhamos nos próximos anos carros que sejam apenas parcialmente elétricos.

"Temos que olhar para soluções mais simples, como o etanol", disse. Ele tampouco expressa entusiasmo com a ideia do carro que dirige sozinho - o chamado carro autônomo -, apesar da parceria que a empresa tem com o Google estar sendo bem-sucedida, na sua avaliação. "Nenhum robô vai ser apto a dirigir por nós", afirmou Marchionne.

CSN pode vender 25% da Congonhas minérios para chineses, dizem fontes

29/09/2016 – Fonte: Inda

A CSN está considerando vender parte de sua participação na Congonhas Minérios, segunda maior produtora de minério de ferro do Brasil, para a China Brazil Xinnenghuan International Investment (CBSteel), afirmaram duas fontes com conhecimento do assunto nesta segunda-feira.

Segundo as fontes, a CBSteel está interessada em comprar cerca de 25 por cento da Congonhas Minérios diretamente da CSN. O grupo brasileiro de siderurgia, que detém 88 por cento da Congonhas Minérios, seguiria no controle da mineradora, disseram as fontes, acrescentando que as negociações estão lentas e podem não render necessariamente em um acordo.

A primeira fonte afirmou que qualquer acordo avaliando a Congonhas Minérios como valendo cerca de 20 bilhões de dólares tem mais chance de ser bem sucedida.

No início do mês, o ministro de Relações Exteriores, José Serra, afirmou que a CBSteel estava avaliando investimento na construção de uma usina siderúrgica no Maranhão, com capacidade inicial para 3 milhões de toneladas de aço por ano.

Um porta-voz da CSN não comentou o assunto. Não foi possível contatar representantes da CBSteel no Brasil.

Segundo a primeira fonte, a venda da participação é importante para ajudar a CSN a reduzir a dívida que atualmente é de cerca de 26 bilhões de reais.

As seis companhias asiáticas que têm uma fatia de 12 por cento na Congonhas Minérios vão manter suas posições, afirmaram as fontes. As empresas são as japonesas Itochu Corp, Nisshin Steel, JFE Steel e Kobe Steel, a sul-coreana Posco e a taiuanesa China Steel.

A Congonhas Minérios foi criada no final de 2014, por meio da fusão da mina Casa de Pedra com a mineradora Namisa.

Para empreendedoras, fazer o que gosta é principal razão para ter negócio, indica pesquisa

29/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Uma pesquisa com empreendedoras brasileiras indica que, para elas, ter uma atividade que gostam é um motivo mais importante na hora de decidir pelo empreendedorismo do que a possibilidade de ganhar mais dinheiro.

Quando perguntadas quais são as razões pelas quais empreendem, 66% das mulheres empreendedoras disseram poder trabalhar com o que gostam, enquanto 34% indicaram que empreender é realizar um sonho.

Ter Flexibilidade de horário teve com 52% das respostas e procura por uma renda melhor do que a que teria trabalhando para outros 40%.

A pesquisa foi realizada pela Rede Mulher Empreendedora e ouviu 1376 mulheres de todo o país, a partir da internet.

Do grupo, 85% já empreende e 15% pensa em empreender.

O controle financeiro da empresa aparece como ponto de atenção para as empreendedoras consultadas. 14% delas diz não fazer controle nenhum, enquanto 33% fazem O controle financeiro de modo básico (criam planilhas eletrônicas ou usam caderno para anotações). 33% das entrevistadas dizem fazer controle de modo elaborado.

Das empreendedoras, 41% iniciaram seu negócio sem capital, 41% usaram poupança, investimento próprio e rescisão.

A maior parte das mulheres, 75%, decidiu empreender após a maternidade. Na classe C, a porcentagem aumenta para 83%.